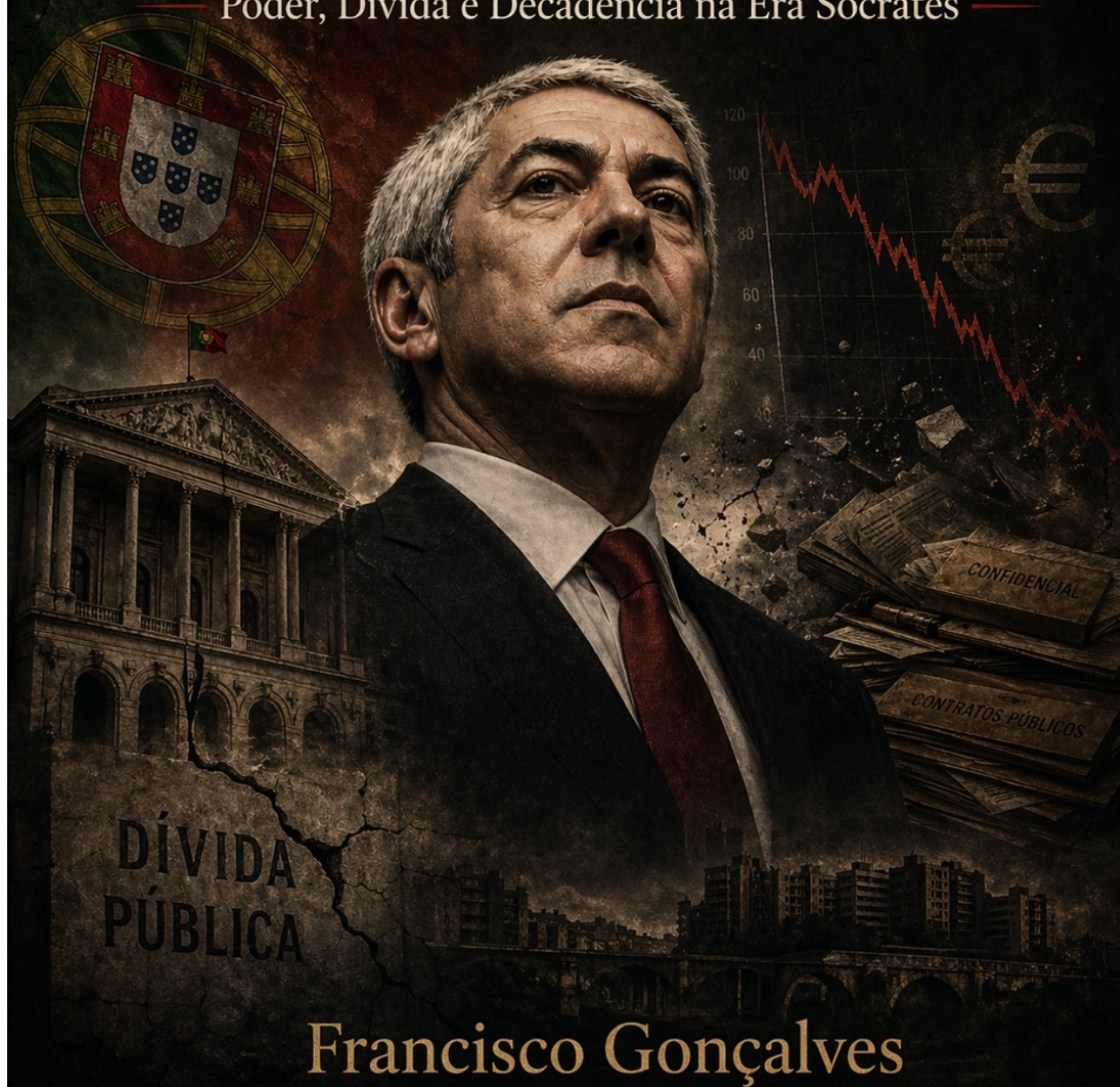


A GRANDE ILUSÃO

— Poder, Dívida e Decadência na Era Sócrates —



Francisco Gonçalves

A Grande Ilusão

Poder, Dívida e Decadência na Era Sócrates

Francisco Gonçalves

2026

Dedicatória

Aos que ainda acreditam que um país só se salva quando tem coragem de olhar
de frente para as suas próprias ruínas.

E aos que pagaram, e continuam a pagar em silêncio, o preço de uma ilusão que
não construíram.

Créditos

A Grande Ilusão — Poder, Dívida e Decadência na Era Sócrates

Autor: **Francisco Gonçalves**

Co-autoria editorial e apoio de estrutura: **Augustus Veritas**

Género: Ensaio político e crónica histórica

Idioma: Português de Portugal, com ortografia pré-acordo.

Edição: Primeira edição

Esta obra constitui um ensaio político e interpretativo baseado em factos públicos, relatórios, auditorias, dados institucionais e processos judiciais conhecidos à data da sua redacção. Sempre que pertinente, distingue-se entre responsabilidade política, juízo moral e responsabilidade penal, esta última dependente exclusivamente dos tribunais.

Introdução editorial do autor

Escrever este livro não foi apenas um exercício de memória. Foi um acto de resistência.

Durante demasiado tempo, Portugal habituou-se a conviver com a ideia de que a política pode falhar em grande escala sem que daí resulte um verdadeiro acerto de contas moral. Habituou-se a ver desastres nacionais serem reconvertidos em episódios, responsabilidades transformadas em névoa e ruínas colectivas recicladas em ruído passageiro. Habituou-se, no fundo, a sobreviver sem verdade suficiente.

A era Sócrates foi um dos momentos em que essa fraqueza nacional se revelou com maior nitidez. Não apenas pelo colapso financeiro que conduziu o país ao resgate, não apenas pelo peso da dívida, não apenas pela promiscuidade entre poder e interesses, nem sequer apenas pela sombra penal que anos depois viria a cair sobre o antigo primeiro-ministro. Foi um momento decisivo porque condensou, numa só época, muitos dos vícios profundos da nossa vida colectiva.

Este livro nasceu da recusa em deixar esse período afundar-se na amnésia útil. Não me move qualquer desejo de vingança retrospectiva. Move-me algo mais severo e mais necessário: a convicção de que um país sem memória crítica está condenado a reencontrar, com outros nomes e novas embalagens, os mesmos mecanismos de ilusão.

A era Sócrates merece, por isso, ser vista não apenas como episódio, mas como diagnóstico. José Sócrates não foi, a meu ver, apenas um homem. Foi uma forma de poder e um sintoma nacional. Foi a expressão concentrada de um país que queria parecer moderno antes de se tornar sólido, que preferiu durante demasiado tempo o brilho da velocidade à disciplina da prudência, e que aceitou

ser conduzido por uma narrativa de transformação paga a crédito, embalada em propaganda e defendida com agressividade política.

Ao escrever estas páginas, procurei fazer três coisas ao mesmo tempo: reconstituir factos, interpretar um regime e interrogar Portugal. Porque este livro não é apenas sobre a governação de José Sócrates. É também sobre o país que a produziu, a tolerou e a suportou. É sobre as elites que a legitimaram, os partidos que se protegeram, as instituições que cederam, os media que hesitaram, os cidadãos que acreditaram e a geração que pagou.

Se este livro tiver alguma utilidade, espero que seja esta: ajudar a romper a névoa. Dar nome às ilusões. Mostrar que a decadência nacional não se faz apenas de incompetência; faz-se também de estilo, de ambiente, de cumplicidade, de cobardia e de incapacidade moral para julgar os próprios ídolos.

Escrevo, pois, contra o esquecimento. Contra a indulgência organizada. Contra a reciclagem da mentira. E contra a tentação, sempre portuguesa, de tratar o desastre como se ele fosse apenas má sorte. Não foi. Foi uma construção histórica. E como toda a construção humana, pode e deve ser compreendida, julgada e lembrada.

Porque um país que não ousa fazer esse trabalho sobre si mesmo não caminha. Apenas gira em torno das suas próprias ruínas.

Francisco Gonçalves

April 2026

Índice

Dedicatória

Créditos

Introdução editorial do autor

Prólogo — O país que queria acreditar

PARTE I — A FABRICAÇÃO DA ILUSÃO

Capítulo 1 — O aparecimento do salvador

Capítulo 2 — A propaganda da modernidade

Capítulo 3 — O poder como máquina de ocupação

PARTE II — O PAÍS HIPOTECADO

Capítulo 4 — Governar pela dívida

Capítulo 5 — O Estado empresarial e o reino paralelo

Capítulo 6 — PPP: inaugurar hoje, pagar durante décadas

Capítulo 7 — Parque Escolar e a estética do poder

PARTE III — PROMISCUIDADE, INFLUÊNCIA E CAPTURA

Capítulo 8 — Negócios, política e a respiração do compadrio

Capítulo 9 — PT, TVI e a tentação do controlo

Capítulo 10 — O regime atmosférico

PARTE IV — A QUEDA

Capítulo 11 — Quando a realidade bate à porta

Capítulo 12 — O resgate

Capítulo 13 — O preço pago por uma geração

PARTE V — A SOMBRA LONGA

Capítulo 14 — A Operação Marquês e a ruína da confiança

Capítulo 15 — O partido que nunca quis olhar para trás

Capítulo 16 — Sócrates como sintoma nacional

Epílogo — A lição que Portugal insiste em não aprender

Prólogo

O país que queria acreditar

Portugal sempre teve uma fraqueza perigosa por salvadores. Não daqueles que chegam montados em cavalos brancos, mas daqueles que aparecem de fato escuro, discurso veloz e ar de urgência técnica, prometendo finalmente pôr ordem no caos, abrir janelas, acelerar a máquina e trazer futuro a um país cansado de si próprio. Foi assim, em grande parte, com José Sócrates.

Para compreender esse período não basta olhar para um homem. É preciso olhar para um país inteiro, cansado do atraso, humilhado pela sua periferia, sedento de parecer moderno, europeu, tecnológico, arquitectonicamente renovado e administrativamente rejuvenescido. Um país que queria acreditar que podia saltar etapas históricas através da vontade política, da encenação pública e do crédito abundante.

Esse desejo colectivo de redenção foi o terreno fértil onde cresceu a grande ilusão. Sócrates não surgiu num deserto. Foi fabricado no cruzamento entre ambição pessoal, máquina partidária, complacência mediática e necessidade nacional de acreditar. O país quis ver nele não apenas um líder, mas uma saída limpa para o seu mal-estar histórico.

A sua força residia menos na profundidade do pensamento do que na energia projectada: agressividade discursiva, rapidez verbal, impaciência perante obstáculos e a sensação constante de que se estava perante um homem em marcha. Num país habituado à hesitação, aquilo foi confundido com liderança. A sua dureza passou por coragem; a sua agressividade por determinação; a sua impaciência por modernidade.

A narrativa montou-se com eficácia cénica. Havia planos, choques, programas nacionais, metas, escolas renovadas, discursos de urgência e a ideia obsessivamente repetida de que Portugal estava finalmente a entrar no século XXI. O país era convidado a ver-se ao espelho e a reconhecer uma imagem mais lustrosa de si. Só que por detrás da cenografia ia-se acumulando uma realidade muito mais sombria.

O crescimento não tinha robustez suficiente para sustentar a ambição declarada. A dívida crescia. O Estado alargava-se. As empresas públicas assumiam compromissos pesados. As PPP empurravam custos para o futuro. E no centro do regime entranhava-se uma cultura de poder centralizado, musculado e intolerante à resistência. O país, porém, quis acreditar, porque acreditar era mais confortável do que pensar.

Este livro nasce dessa ferida. Não pretende apenas descrever factos; pretende compreender como um país inteiro se deixou enrolar numa ficção de modernidade financiada a crédito, consolidada por redes de influência, protegida por cobardia política e rematada por uma das quedas mais humilhantes da democracia portuguesa.

PARTE I — A FABRICAÇÃO DA ILUSÃO

Capítulo 1 — O aparecimento do salvador

Os países cansados têm uma predisposição especial para se entregarem a homens de passo rápido. Quando a atmosfera pública se enche de frustração, quando a máquina do Estado parece emperrada, quando a economia rasteja, quando a mediocridade se banaliza e o futuro começa a cheirar a sala fechada, o povo torna-se vulnerável a uma figura muito particular: o homem que aparece com o ar de quem não tem paciência para a lentidão dos outros.

José Sócrates foi, para o seu tempo, essa figura exacta.

Não era um tribuno clássico, desses que encantam pela elevação intelectual ou pela profundidade do pensamento. Também não era um reformista austero no sentido nobre da palavra, daqueles que inspiram confiança pela sobriedade e pela gravidade moral. A sua força vinha de outro lugar. Vinha da energia projectada, da agressividade discursiva, da convicção performativa, da rapidez verbal, do modo como parecia sempre estar a avançar contra qualquer obstáculo com a impaciência de quem se julgava historicamente necessário.

Num país habituado à hesitação, aquilo foi confundido com liderança.

A política portuguesa sempre teve dificuldade em distinguir firmeza de arrogância, eficácia de autoritarismo leve, comunicação de substância, velocidade de inteligência. Sócrates entrou precisamente nessa zona cinzenta onde os defeitos, se bem iluminados, podem parecer virtudes. A sua dureza foi lida como coragem. A sua agressividade foi lida como determinação. A sua impaciência foi lida como modernidade. O seu estilo de confronto foi vendido como ruptura com a moleza nacional.

Era, sob muitos aspectos, o candidato ideal para um país humilhado pela sua própria imagem.

Portugal chegara ao início do século XXI com um mal-estar difuso. Havia o cansaço do atraso. Havia a sensação de que a Europa avançava e nós continuávamos presos a um provincianismo administrativo, a uma economia frágil, a uma dependência antiga de fundos, de remendos, de ilusões temporárias. Havia a irritação com a incapacidade do Estado, a lentidão das reformas, a burocracia e a mediocridade sem brilho. E, como acontece tantas vezes, em vez de procurar uma resposta profunda, o país começou a desejar uma resposta cénica.

Não procurava apenas governo. Procurava redenção.

É nesse ambiente que a figura de Sócrates cresce. Não como pensador, mas como produto político de alta eficácia. Era telegénico na agressividade, funcional no simplismo, forte na encenação do comando. Sabia ocupar espaço. Sabia responder sem hesitar. Sabia transformar a política numa sucessão de movimentos em frente, ou pelo menos na impressão desses movimentos. E isso, na era da televisão e da aceleração mediática, valia ouro.

A sua ascensão não pode ser compreendida sem olhar também para a maquinaria partidária que o fabricou e sustentou. O Partido Socialista, como tantas grandes máquinas de poder, procurava não apenas um dirigente, mas um rosto apto a incorporar um ciclo. Um homem que pudesse ser apresentado como reformista, progressista, moderno, europeu, tecnocrático e resoluto. Sócrates servia esse papel com uma precisão quase laboratorial. Tinha o suficiente de dureza para parecer transformador. Tinha o suficiente de linguagem modernizante para seduzir as classes médias aspiracionais. Tinha o suficiente de disciplina partidária para tranquilizar o aparelho. E tinha, acima de tudo, o tipo de ambição que os partidos toleram e até promovem quando essa ambição se revela útil à conquista do poder.

Não apareceu sozinho. Foi empurrado.

O seu aparecimento deve também ser lido como efeito de um ecossistema mediático que, durante demasiado tempo, confundiu intensidade com grandeza. Em Portugal, os comentadores, os aparelhos de propaganda, os jornalistas políticos e as redacções têm por vezes uma velha tentação de se deixarem seduzir por quem cria a impressão de força. O homem que não hesita, que não baixa o tom, que responde como se estivesse sempre em modo de combate, adquire rapidamente uma aura de inevitabilidade. Parece maior do que os outros não porque pense melhor, mas porque ocupa mais agressivamente a moldura.

Foi assim que se começou a fabricar o “salvador”.

Não o salvador no sentido messiânico clássico, com promessas místicas ou populismo de feira, mas o salvador tecnocrático, de gravata justa e expressão de urgência, o homem que transmitia a sensação de que a velha pachorra portuguesa ia finalmente levar um pontapé administrativo. Era a versão actualizada do chefe necessário para uma sociedade cansada de se ver pequena. Não um pai da pátria, mas um gestor musculado do destino nacional.

Esta imagem foi decisiva. Porque as democracias não são governadas apenas por programas; são muitas vezes conduzidas por atmosferas. E a atmosfera favorecia a crença no homem que parecia decidido a sacudir o país.

É aqui que importa perceber uma coisa essencial: o socratismo não nasceu primeiro como doutrina. Nasceu como estilo. Antes de ser um conjunto coerente de políticas, foi uma gramática de poder. Uma maneira de falar, de atacar, de anunciar, de prometer, de impor ritmo, de exibir impaciência perante os entraves, de encenar a ideia de que só os fracos hesitam e só os antiquados pedem prudência.

Esse estilo tinha, claro, uma utilidade profunda. Num país onde o escrutínio raramente é suficientemente duro, quem impõe velocidade ao debate limita a capacidade de resistência dos outros. A rapidez torna-se arma. O excesso de confiança torna-se método. A agressividade verbal intimida o contraditório. E o político deixa de parecer apenas um governante; passa a parecer uma força histórica em movimento.

Ora, toda a força histórica em movimento precisa de uma narrativa. E Sócrates soube, ou teve quem soubesse por ele, construir essa narrativa com uma eficácia impressionante. Era o homem do futuro, da modernização, da reforma, do choque, da qualificação, da energia. O país, diziam, não podia continuar parado. Era preciso avançar. Era preciso acelerar. Era preciso deixar para trás os que duvidavam, os que travavam, os que insistiam em fazer contas, os que punham entraves, os que se recusavam a entrar no cortejo da modernidade.

Começava assim a grande divisão simbólica do período: de um lado, os modernos; do outro, os resistentes. De um lado, a energia; do outro, o pessimismo. De um lado, o futuro; do outro, a preguiça nacional. Esta dicotomia foi uma das grandes vitórias iniciais do socratismo. Porque permitia reduzir a crítica a sintoma de atraso. Quem questionava o modelo não aparecia como prudente; aparecia como incapaz de acompanhar o tempo.

A política transforma-se então numa moralidade simplificada: apoiar o chefe é estar do lado do movimento; desconfiar dele é estar do lado da imobilidade.

É difícil exagerar a importância desta operação simbólica. Ela permitiu a Sócrates conquistar algo mais valioso do que o simples poder governativo: permitiu-lhe conquistar legitimidade atmosférica. De repente, havia à sua volta uma zona de protecção feita de expectativa, fadiga colectiva e desejo nacional de acreditar. Isso deu-lhe margem. Deu-lhe velocidade. Deu-lhe capacidade para impor agenda. E, sobretudo, deu-lhe o benefício da dúvida muito para além do razoável.

Talvez por isso o seu aparecimento tenha sido, no fundo, menos um acontecimento partidário do que um fenómeno psicológico nacional. O país quis acreditar naquele homem porque precisava de acreditar em alguém que lhe promettesse uma saída limpa para a sua humilhação estrutural. Sócrates ofereceu precisamente isso: não uma cura, mas uma encenação credível de cura.

O problema é que os países, quando se deixam seduzir por encenações de força, acabam quase sempre por pagar um preço alto. Porque o poder que se constrói primeiro como estilo tende a governar depois como espectáculo. E o espectáculo, por definição, precisa de manter-se em crescendo. Precisa de mais velocidade, mais anúncios, mais sinais de movimento, mais obras, mais confrontos, mais demonstrações de vontade. A máquina do poder deixa de poder parecer normal; precisa de parecer excepcional.

E assim o homem que surgiu como salvador começou, lentamente, a transformar o governo numa máquina de confirmação da sua própria narrativa.

A partir daí, a política portuguesa entrou numa fase nova. Já não bastava administrar; era preciso encenar transformação. Já não bastava governar; era preciso projectar energia. Já não bastava decidir; era preciso parecer sempre em ruptura com a lentidão ancestral do país.

José Sócrates apareceu, portanto, no momento exacto em que Portugal queria deixar de se sentir pequeno sem ter ainda encontrado os instrumentos sérios para deixar de o ser. A sua ascensão foi o casamento perfeito entre a ambição de um homem e a vulnerabilidade psicológica de um país.

Ele ofereceu velocidade.

Portugal ofereceu fé.

E toda a tragédia que se seguiria começou, em larga medida, nesse pacto silencioso entre um líder que se julgava chamado a comandar a História e um povo cansado que queria, acima de tudo, que alguém lhe dissesse que o futuro ainda podia ser comprado.

Capítulo 2 — A propaganda da modernidade

Nenhum regime assente em excesso de poder e escassez de prudência sobrevive sem uma estética. O poder nu é quase sempre insuportável; precisa de cenário, de vocabulário, de símbolos, de uma coreografia que torne a sua vontade não apenas aceitável, mas admirável. O socratismo compreendeu isto muito bem. E talvez tenha sido aí que revelou uma das suas maiores habilidades: a capacidade de transformar governação em espectáculo de modernidade.

A palavra “modernização” tornou-se, nesse período, quase sagrada.

Era usada como se resolvesse tudo por si mesma, como se bastasse pronunciá-la com convicção para que a realidade obedecesse. Modernizar passou a significar avançar, reformar, construir, digitalizar, acelerar, ligar, inaugurar, anunciar, requalificar, mudar de nome, criar siglas, lançar programas e cobrir o país de promessas com léxico tecnológico. O discurso público encheu-se de futuro antes de ter garantido a solidez do presente.

Portugal estava a ser convidado a viver dentro de uma narrativa luminosa.

Havia sempre um plano. Havia sempre uma agenda. Havia sempre uma plataforma qualquer a apontar para um horizonte de eficiência, inovação, ciência, competitividade ou qualificação. O país era apresentado como um corpo em mutação acelerada, quase ansioso por abandonar a sua velha pele atrasada e vestir finalmente o fato europeu da modernidade. Tudo isto tinha, claro, uma eficácia emocional enorme. Porque um povo com memória de pobreza e atraso reage com particular entusiasmo a qualquer promessa de superação simbólica.

A propaganda da modernidade não precisava de mentir completamente. Bastava exagerar, seleccionar, iluminar uns aspectos e esconder outros. Bastava construir uma percepção. E nisso o regime foi brilhante.

Houve escolas renovadas, infra-estruturas requalificadas, investimentos visíveis, linguagem nova, sinais materiais de mudança. Houve, em certos domínios, acções concretas que podiam ser mostradas, fotografadas, filmadas, repetidas, transformadas em prova visual de progresso. E é aqui que a máquina propagandística se torna mais eficaz: quando mistura obra real com narrativa inflacionada, mudança parcial com promessa total, sinal visível com transformação estrutural.

Não era necessário inventar tudo. Bastava sobre-interpretar quase tudo.

Assim nasceu a ilusão de um país a entrar finalmente no século XXI pela mão de um governo musculado e moderno. As palavras faziam metade do trabalho; as

imagens faziam a outra metade. A política passou a ser apresentada como catálogo de movimento. Havia conferências, anúncios, mapas, slogans, eventos, gráficos, lançamentos, páginas institucionais, cerimónias, visitas, fotografias. O regime parecia querer deixar em cada semana um novo vestígio visual de si próprio, como se governar fosse também colonizar a imaginação do país.

A propaganda da modernidade tinha uma estrutura simples e eficaz. Primeiro, identificava-se o atraso português como inimigo principal. Depois, apresentava-se o governo como força de ruptura. Em seguida, escolhiam-se projectos visíveis, tecnicamente explicáveis em linguagem simplificada, e revestiam-se de grandeza civilizacional. Por fim, qualquer crítica surgia como resistência reaccionária, corporativa ou derrotista.

Era uma máquina de compressão moral. Quem duvidava parecia pequeno.

O chamado “choque tecnológico” foi talvez a expressão mais acabada desta gramática. A própria formulação é reveladora. Um país que precisava de reformas profundas na produtividade, na qualificação, na justiça, na administração pública e na cultura económica foi convidado a acreditar num “choque”, como se a História pudesse ser violentamente acelerada por uma espécie de descarga simbólica de modernidade. O nome já continha a promessa: não se tratava de transformação lenta e difícil, mas de um impulso quase eléctrico. Quase milagroso. Quase publicitário.

É muito importante compreender isto: o socratismo não se limitou a governar; procurou redefinir a forma como o país sentia a política. Queria que a governação deixasse de ser percebida como administração rotineira e passasse a ser consumida como energia histórica. Cada projecto devia parecer um sinal do futuro. Cada obra devia ser interpretada como evidência de um país em mutação irreversível. Cada programa devia funcionar como peça de uma mesma narrativa: Portugal estava, enfim, a tornar-se aquilo que durante décadas apenas fingira querer ser.

Mas as narrativas mais sedutoras têm frequentemente o defeito de ocultar os custos.

Por detrás da estética modernizadora ia-se formando uma realidade menos elegante. O país continuava com fragilidades estruturais profundas. A economia não gerava a robustez necessária para sustentar a ambição declarada. A produtividade não acompanhava a retórica. O endividamento crescia. O Estado expandia compromissos. A modernização material, em certos casos real, vinha

muitas vezes desacompanhada da disciplina financeira e institucional capaz de a tornar duradoura.

Era um progresso de superfície sobre uma base instável.

Mas o regime tinha uma vantagem: a superfície, em política, é frequentemente suficiente durante bastante tempo. Uma escola renovada vê-se. Uma cerimónia televisada vê-se. Uma inauguração vê-se. Um ministro a anunciar uma plataforma, um plano ou uma meta também se vê. Já a sustentabilidade orçamental, a qualidade dos contratos, o peso futuro da dívida, a consistência dos indicadores e a robustez real da economia não cabem tão facilmente num noticiário de noventa segundos. E a democracia televisiva, como quase toda a democracia contemporânea, recompensa mais o que é visível do que o que é verdadeiro.

A propaganda da modernidade foi também, por isso, uma forma de administração da percepção.

Enquanto o país se entretinha a admirar a cenografia do progresso, ia-se acumulando uma dependência crescente de financiamento, uma hipertrofia da comunicação oficial e uma tendência para substituir reformas lentas e exigentes por choques discursivos e projectos de forte impacto simbólico. Em vez de se cultivar uma cultura de responsabilidade e escrutínio, cultivava-se uma cultura de anúncio e adesão.

Havia, além disso, um elemento quase psicológico nesta propaganda. Ela falava ao ressentimento nacional contra a própria ideia de atraso. Portugal não queria apenas melhorar; queria sentir-se absolvido. Queria que alguém lhe dissesse que os anos de mediocridade estavam finalmente a acabar, que a velha imagem de periferia se dissolvia, que o país deixava de ser um aluno lento da Europa para passar a ser caso de renovação exemplar. A propaganda modernizadora oferecia precisamente esse consolo narcísico: não apenas a esperança de mudar, mas o prazer antecipado de parecer já mudado.

Foi uma droga política poderosa.

O problema de toda a droga política é que exige doses crescentes. A certa altura, já não basta um programa; é preciso um conjunto de programas. Já não basta uma obra; é preciso uma constelação de obras. Já não basta um discurso de mudança; é preciso uma paisagem inteira de sinais que mantenham viva a impressão de aceleração. E isso tem um custo. Custa dinheiro. Custa capacidade administrativa. Custa disciplina. Custa verdade. Porque, quando a máquina

simbólica se torna demasiado grande, a tentação de a alimentar a qualquer preço começa a contaminar o próprio acto de governar.

Foi assim que o socratismo começou a depender cada vez mais da sua própria imagem.

Não podia parar. Não podia abrandar. Não podia admitir limites. Um poder que se legitimou pela promessa de velocidade tem horror à prudência, porque a prudência parece desaceleração. Um regime que vive da estética da transformação tem horror ao cepticismo, porque o cepticismo pede contas. E pedir contas, naquele clima, era quase um acto de hostilidade cultural: parecia falta de fé no país, falta de fé no futuro, falta de fé na marcha redentora da modernização.

É por isso que a propaganda da modernidade não foi um acessório do período; foi o seu coração estético. Ela permitiu ao regime justificar custos presentes com promessas futuras, neutralizar crítica pela acusação de atraso, criar uma aura de inevitabilidade e, sobretudo, transformar o governo numa espécie de emissor permanente de esperança administrada.

O país passou a viver dentro dessa emissão.

Vivia nas palavras, nas imagens, nos folhetos, nos slogans, nas cerimónias, nas escolas renovadas, nas promessas tecnológicas, nos mapas do futuro, na ideia obsessivamente repetida de que já não éramos o país de ontem. Só que, enquanto se celebrava a metamorfose, a velha estrutura de fragilidade portuguesa continuava ali, por baixo do verniz, quase intacta em aspectos decisivos: baixa produtividade, dependência externa, pouca robustez económica, Estado pouco disciplinado e elites demasiado inclinadas a confundir política pública com cenografia de poder.

A propaganda não apagou esses problemas. Apenas os adiou simbolicamente.

Talvez por isso a modernidade socratista tenha sido, no fundo, uma espécie de espelho deformante. Reflectia alguma mudança real, sem dúvida, mas ampliava-a até ao ponto de ocultar a fragilidade do conjunto. O país via-se mais bonito do que era, mais forte do que era, mais preparado do que era. E quando um país passa tempo suficiente a contemplar-se num espelho deformante, começa a tomar a imagem pelo corpo.

Foi isso que aconteceu.

A propaganda da modernidade não foi apenas um erro de comunicação ou um excesso de marketing político. Foi uma operação mais funda: ensinou o país a

confundir aparência de transformação com transformação efectiva. Ensinou a admirar o movimento sem perguntar pelo chão. Ensinou a venerar a velocidade sem medir o travão. Ensinou, no fundo, uma pedagogia da ilusão.

E uma nação educada para a ilusão torna-se inevitavelmente vulnerável à queda. Porque a realidade, embora mais lenta e menos fotogénica, acaba sempre por regressar para cobrar aquilo que a propaganda tentou esconder.

Quando regressa, fá-lo sem slogans, sem cerimónias e sem indulgência.

Mas nessa fase, já o país estava demasiado mergulhado na narrativa para perceber a dimensão do risco. A estética da modernidade ainda brilhava. O cenário ainda estava montado. O poder ainda acreditava, ou fingia acreditar, na sua própria ficção. E Portugal, como tantas vezes acontece, preferiu continuar a aplaudir a peça em vez de perguntar quem estava a pagar o teatro.

Capítulo 3 — O poder como máquina de ocupação

Há regimes que governam. E há regimes que, para além de governarem, procuram ocupar. A diferença é decisiva. Governar, no sentido nobre, é administrar o interesse público dentro dos limites da lei, da responsabilidade e da alternância democrática. Ocupar é outra coisa. É instalar-se no aparelho do Estado, nas suas margens, nas suas empresas, nas suas redes de influência, nos seus centros nervosos e nos seus corredores invisíveis, até que o poder deixe de parecer transitório e comece a comportar-se como se fosse natural.

O socratismo, mais do que um simples governo, foi em larga medida isso: uma máquina de ocupação.

Não se tratava apenas de ganhar eleições e exercer mandato. Tratava-se de imprimir ao país a sensação de que o poder tinha um centro de gravidade único, uma vontade dominante, uma voz principal, uma inteligência superior a partir da qual tudo devia irradiar. O Estado deixava de ser apenas o campo institucional onde o governo actuava; passava a ser, cada vez mais, o espaço a partir do qual o poder se confirmava, se reproduzia e se blindava.

É preciso ter cuidado com as palavras. “Ocupação” não significa necessariamente conspiração formal, nem exige ordens escritas de controlo absoluto. Na política real, os mecanismos são mais subtis, mais atmosféricos e por isso mesmo mais eficazes. O poder ocupa quando nomeia sistematicamente os seus, quando promove redes de confiança, quando transforma a proximidade partidária em critério informal de circulação, quando induz dependência, quando cerca o aparelho com uma cultura de fidelidade, quando faz sentir que o futuro de muitos depende da vontade de poucos.

Foi precisamente este ambiente que a era Sócrates ajudou a consolidar.

O centro do poder estreitou-se. A decisão concentrou-se. A comunicação tornou-se mais disciplinada. A divergência interna foi sendo empurrada para zonas cada vez menos visíveis. O governo cultivava a imagem de eficiência, mas essa eficiência vinha acompanhada por uma centralização intensa da autoridade política. O executivo queria parecer não apenas coordenado, mas unívoco. E essa univocidade, num sistema democrático saudável, é sempre motivo de inquietação. Porque a democracia precisa de atrito, de pluralidade, de hesitação legítima, de instituições que resistam, de corpos intermédios que não se limitem a ecoar a voz do centro.

Mas o socratismo tinha pouca paciência para resistências.

A sua lógica profunda era quase militar na sua respiração: comando, transmissão, execução, defesa da linha e combate ao ruído dissidente. O país era apresentado como uma máquina atrasada a precisar de velocidade; nesse enquadramento, qualquer reserva passava facilmente a ser classificada como obstáculo, qualquer prudência como tibieza, qualquer crítica como expressão do velho Portugal que insistia em não sair de cena. O poder conquistava, assim, uma justificação moral para a sua própria concentração. Não era centralizador por vício, sugeria-se; era centralizador por necessidade histórica.

Esta é sempre uma das mais antigas máscaras do poder excessivo: declarar-se inevitável.

Quando um regime consegue convencer-se — e convencer muitos outros — de que encarna a urgência do país, a tentação de ocupar tudo torna-se quase irresistível. Afinal, se o governo acredita ser o grande motor da modernização, então qualquer foco de autonomia pode passar a ser visto como atraso, resistência ou sabotagem. A partir daí, a ocupação deixa de parecer abuso e passa a ser racionalizada como missão.

Foi nesta atmosfera que se reforçou a presença da lógica partidária no Estado alargado. Empresas públicas, organismos periféricos, estruturas administrativas, áreas de influência económica e institucional passaram a respirar mais perto da política. Não porque cada decisão obedecesse necessariamente a uma ordem obscura vinda do topo, mas porque se instalou um clima em que a proximidade ao centro do poder se tornava um activo valioso. E, em Portugal, quando a proximidade se torna activo, o mérito costuma perder oxigénio.

É aqui que o compadrio deixa de ser uma mera anedota nacional e passa a ser categoria séria de análise política.

O compadrio não é apenas a nomeação de amigos. É um ecossistema moral. É a transformação do Estado e das suas órbitas num território onde a confiança pessoal e partidária vale mais do que a independência, onde a lealdade é premiada com circulação e a autonomia pode ser punida com congelamento. É o triunfo da afinidade sobre a impessoalidade republicana. E mesmo quando não produz crime, produz sempre decadência.

Porque as instituições começam então a mudar de natureza. Continuam a ter nomes respeitáveis, selos oficiais, organogramas e regulamentos. Mas, por dentro, tornam-se menos livres. Passam a funcionar sob uma pressão difusa: a expectativa de alinhamento, a prudência táctica de quem não quer desagradar, a percepção de que há carreiras que sobem e carreiras que não sobem conforme a

sintonia com o centro. Esta transformação é invisível nos relatórios, mas devastadora na vida real do Estado.

A máquina de ocupação não precisa de controlar tudo. Basta que faça sentir que pode.

Foi isso que muitos pressentiram na época. Havia uma sensação crescente de abafamento institucional, de poder musculado, de narrativa única, de intolerância ao escrutínio mais incómodo. O estilo governativo de Sócrates não era apenas firme; era muitas vezes agressivamente defensivo. Reagia à crítica como se ela fosse uma afronta à legitimidade do próprio projecto político. Essa atitude teve efeitos para lá da retórica. Criou uma cultura. Fez escola. Ensinou o aparelho a perceber que o poder não gostava de ser contrariado e que o ambiente ideal era o da convergência, não o da fricção.

Ora, um Estado sem fricção interna torna-se rapidamente um espaço de obediência.

E a obediência é sempre o sonho húmido de todo o poder que se julga regenerador. Porque a obediência simplifica. Acelera. Reduz o incómodo. Permite transformar a política num fluxo de decisões com menos resistência visível. Só que o preço dessa simplificação é enorme: enfraquece-se a cultura de controlo, desvaloriza-se o contraditório técnico, subordina-se a inteligência institucional à conveniência do momento. O que se ganha em velocidade perde-se em robustez moral.

O socratismo foi particularmente eficaz a vestir esta lógica de ocupação com a linguagem da modernização. Eis o seu génio táctico: aquilo que noutros contextos pareceria partidarização excessiva, aparecia ali muitas vezes como coordenação reformista. Aquilo que poderia soar a cerco do aparelho surgia como necessidade de eficácia. Aquilo que poderia ser denunciado como hipertrofia do centro era embalado como capacidade de decisão. Tudo era reinterpretado à luz do grande álibi da época: Portugal não podia perder mais tempo.

Quando um país entra nesta disposição psicológica, os abusos de poder ficam mais fáceis de normalizar.

O mesmo aconteceu com a comunicação. O regime não se limitou a comunicar políticas; produziu ambiente. Criou uma linguagem própria, uma gramática de urgência, uma moralidade de progresso versus atraso, uma sensação contínua de combate entre o governo moderno e as forças da inércia. Essa comunicação não era mero ornamento. Era parte integrante da ocupação. Porque quem controla a linguagem dominante controla também a moldura em que os factos são lidos.

Assim, o governo não precisava de refutar todas as críticas com argumentos técnicos detalhados. Bastava enquadrá-las como expressão de conservadorismo, ressentimento ou pessimismo. A crítica era diminuída antes de ser discutida. O dissenso era moralmente desqualificado antes de ser examinado. E o país, bombardeado por esta gramática, começava a olhar para a prudência como fraqueza e para o cepticismo como sabotagem.

Este ambiente foi particularmente perigoso nas zonas onde política e economia se tocavam.

À medida que o Estado se expandia por via directa ou indirecta, à medida que empresas públicas, concessões, grandes programas e entidades do sector alargado ganhavam peso, aumentava também o valor estratégico dos lugares de intermediação. Quem estava nesses cruzamentos não era apenas gestor; era, muitas vezes, peça de um sistema de confiança. E quando a confiança política penetra demasiado fundo no tecido institucional, a fronteira entre Estado e máquina partidária começa a desfocar-se.

A captura raramente se anuncia. Insinua-se.

Vive nos silêncios, nos telefonemas, nas nomeações, nos convites, nas exclusões discretas, nas portas que se abrem para uns e não para outros, na percepção de que há uma cultura dominante à qual convém não fazer frente. Vive também, e isto é talvez o mais corrosivo, no conformismo de quem se adapta. Porque um aparelho ocupado não se mantém apenas pela força dos que mandam; mantém-se pela resignação dos que concluem que resistir não compensa.

Foi neste ponto que o socratismo deixou de ser apenas um estilo governativo e passou a ser um clima de regime.

Não uma ditadura, evidentemente. Portugal continuava a ser uma democracia pluralista, com eleições, oposição, imprensa e instâncias judiciais. Mas as democracias não se degradam apenas pela supressão formal da liberdade. Degradam-se também quando o poder executivo ganha uma densidade atmosférica excessiva, quando a independência das instituições começa a parecer um incómodo e quando o aparelho do Estado aprende a respirar ao ritmo do partido dominante.

A era Sócrates tocou muitas vezes esse limite.

E o mais inquietante é que grande parte do país não o viu de imediato. Ou, vendo-o, preferiu tolerá-lo enquanto a narrativa da modernização continuou de pé. Há sempre uma velha tentação portuguesa de perdoar o excesso de poder aos que parecem produzir movimento. Como se o dinamismo concedesse licença

para ocupar, pressionar, concentrar, condicionar. Como se a eficácia proclamada absolvesse a hipertrofia do comando.

Mas nenhuma democracia se fortalece assim. Pelo contrário. Quanto mais o poder se comporta como ocupação, mais as instituições perdem musculatura própria. E, quando chega a crise, descobre-se então que o edifício era menos sólido do que parecia. As instituições estavam formalmente intactas, mas moralmente enfraquecidas. Tinham sido habituadas não a resistir, mas a adaptar-se.

É precisamente por isso que este capítulo é central para compreender a queda posterior. O colapso financeiro e político da era Sócrates não foi apenas consequência de más contas públicas. Foi também consequência de um modo de poder que confundiu governo com domínio, coordenação com centralização e liderança com ocupação. Quando o país precisou de instituições fortes, encontrou demasiadas vezes instituições cansadas, contaminadas ou dependentes.

E esse talvez seja um dos legados mais venenosos do período: não apenas a dívida material, mas a dívida institucional. A sensação de que o Estado podia ser progressivamente habitado por um poder partidário sem que a sociedade reagisse com firmeza suficiente. A ideia de que a República podia ir sendo colonizada por dentro, sem ruptura espectacular, apenas pela soma lenta de alinhamentos, dependências e silêncios.

José Sócrates não inventou esse vício português. Mas deu-lhe escala, intensidade e método.

O poder, sob a sua liderança, deixou de querer apenas governar o presente. Quis ocupar o espaço inteiro da decisão, da narrativa e da influência. Quis transformar o Estado numa extensão do seu impulso. Quis parecer não apenas vencedor, mas inevitável.

E quando um poder começa a sentir-se inevitável, já começou a apodrecer.

PARTE II — O PAÍS HIPOTECADO

Capítulo 5 — O Estado empresarial e o reino paralelo

Todo o poder que deseja mover-se depressa acaba por sentir incómodo perante os limites do Estado formal. O orçamento é escrutinado. As contas aparecem. As regras são mais visíveis. O Parlamento observa, a oposição ataca, os relatórios acumulam-se, os números deixam rasto. Para um regime que quer simultaneamente parecer transformador, veloz e inesgotável, o Estado tradicional é muitas vezes estreito de mais. Foi por isso que, na era Sócrates, o verdadeiro campo de expansão não se limitou ao ministério, ao gabinete ou à administração central: alargou-se ao vasto universo das empresas públicas, das entidades periféricas, das estruturas empresariais do Estado e das zonas cinzentas onde a política encontra uma margem maior para gastar, comprometer e projectar sem a mesma nitidez de controlo.

Aí nasceu o reino paralelo.

Chamar-lhe “paralelo” não é dizer que fosse clandestino. Era, pelo contrário, bastante oficial. Tinha nomes, conselhos de administração, relatórios, objectos sociais, siglas, sedes, organogramas e enquadramento jurídico. Mas funcionava muitas vezes como uma realidade política própria, menos sujeita ao escrutínio directo que recai sobre o coração visível do Estado. Era o lugar ideal para deslocar compromissos, gerar dívida, multiplicar projectos, fazer circular nomeações e construir uma máquina de poder com aparência de gestão técnica.

Essa foi uma das grandes astúcias do período: perceber que o Estado não termina onde acaba o ministério. Continua nas suas empresas, nos seus braços operacionais, nas suas concessionárias, nas suas entidades satélite, nos seus gestores nomeados, nos seus contratos e nas suas redes de dependência financeira. Quem controla ou influencia profundamente esse universo ganha uma alavanca extraordinária. Ganha capacidade de decisão sem toda a luz do palco principal. Ganha margem orçamental difusa. Ganha espaço para operar com mais velocidade. Ganha, sobretudo, um campo onde a responsabilidade pode diluir-se mais facilmente.

O socratismo compreendeu essa oportunidade e aproveitou-a com intensidade.

O Estado empresarial expandiu-se como instrumento de acção, de projecção e de compromisso futuro. Não se tratava apenas de ter empresas públicas a cumprir missões específicas. Tratava-se de as transformar, em muitos casos, em veículos

de política, em extensões da ambição governativa, em zonas onde a diferença entre interesse público, estratégia de imagem e conveniência partidária se tornava mais difícil de separar. O resultado foi um universo cada vez mais pesado, mais endividado e mais politicamente sensível.

Uma empresa pública pode, em teoria, servir objectivos legítimos e necessários. Pode assegurar serviços essenciais, responder a necessidades estratégicas, corrigir falhas de mercado ou garantir continuidade territorial e social. O problema começa quando esse instrumento deixa de ser governado com contenção e passa a integrar uma cultura de expansão sem disciplina equivalente. E foi precisamente isso que aconteceu em demasiados casos. O Estado empresarial deixou de ser apenas um conjunto funcional de instrumentos. Tornou-se parte do regime de poder.

O seu grande trunfo, do ponto de vista político, era permitir uma espécie de duplicação do Estado.

Havia o Estado formal, sujeito ao escrutínio clássico, e havia o Estado alargado, mais disperso, mais tecnicizado na aparência, mais favorável à opacidade relativa dos compromissos. Através dele, podiam multiplicar-se investimentos, contratações, decisões financeiras e planos de actividade que não apareciam sempre ao cidadão comum com a clareza com que aparece uma rubrica do Orçamento do Estado. O contribuinte via a obra, via o serviço, via o anúncio, mas muitas vezes não via a arquitectura exacta da factura.

Foi assim que o reino paralelo cresceu: não escondido, mas pouco verdadeiramente visto.

Esse crescimento teve também uma dimensão cultural. Em Portugal, existe uma velha tendência para tratar o universo empresarial público como um território híbrido onde a exigência republicana se enfraquece e a lógica de aparelho ganha espaço. Não é o Estado puro, dir-se-á. Não é o mercado puro, acrescentar-se-á. E nessa ambiguidade instala-se frequentemente o pior dos mundos: pouca disciplina de mercado, pouca transparência política plena, forte permeabilidade a nomeações e grande facilidade para transformar interesses difusos em encargos certos.

Na era Sócrates, este padrão intensificou-se.

As empresas públicas, especialmente em sectores como transportes, infra-estruturas e outras áreas estruturais, tornaram-se receptáculos de dívida crescente e compromissos pesados. Muitas delas viviam numa lógica de desequilíbrio continuado, sustentadas pela expectativa implícita de que o Estado

acabaria por acudir, refinar, garantir ou absorver. Esse é o veneno próprio do capitalismo público mal governado: a ausência de risco real para quem decide, combinada com a presença de risco total para o contribuinte.

Quem administrava podia errar sem cair imediatamente sobre si o peso final. O país, esse, ficava sempre como fiador último.

É importante perceber o mecanismo moral desta arquitectura. Quando o risco é público mas a decisão é politicamente mediada, instala-se uma irresponsabilidade elegante. A decisão aparece como estratégica. A expansão surge como ambiciosa. A gestão é apresentada como técnica. A dívida, enquanto não explode, fica nos bastidores. E como a factura está difusa no tempo e no sistema, poucos sentem urgência em travar a máquina. Esta combinação é quase perfeita para um regime enamorado da obra, do movimento e da estética da modernização.

As empresas públicas passaram assim a integrar uma espécie de geografia invisível do poder.

Não eram apenas estruturas de prestação de serviços; eram também espaços de nomeação, de influência, de circulação de quadros, de validação política e de execução de programas com valor simbólico. Os seus conselhos de administração, as suas equipas dirigentes, as suas decisões financeiras e os seus projectos tornavam-se, directa ou indirectamente, peças de um sistema mais vasto. O governo não precisava de controlar cada detalhe com mão explícita. Bastava que a lógica dominante fosse compreendida por todos: havia um centro político, havia uma narrativa a sustentar, havia um ritmo a manter, havia uma cultura de confiança.

É por isso que o Estado empresarial não pode ser lido apenas em termos contabilísticos. Ele foi também um fenómeno político e quase antropológico. Mostrou como o poder em Portugal tende a expandir-se para zonas menos iluminadas do aparelho e a habitá-las como se fossem prolongamento natural do seu mandato. A fronteira entre missão pública e conveniência do regime tornou-se, por vezes, perigosamente porosa. E onde as fronteiras se tornam porosas, a responsabilidade tende a evaporar-se.

A situação agravava-se porque o discurso oficial continuava a vender eficiência.

Mas que eficiência era essa? Em muitos casos, tratava-se de uma eficiência performativa: a capacidade de parecer activo, ambicioso, em marcha. Não necessariamente a capacidade de produzir equilíbrio, sustentabilidade e robustez duradoura. O Estado empresarial servia admiravelmente a primeira; traía muitas

vezes a segunda. Era excelente para exhibir acção. Muito pior para assegurar saúde financeira. E o regime, como era seu hábito, preferia a parte visível da equação.

Nisso, os transportes públicos e outras áreas do sector empresarial do Estado tornaram-se símbolos perfeitos da contradição. Eram sectores de grande impacto social e político, portanto propícios à intervenção governativa e à retórica estratégica. Mas eram também sectores onde a acumulação de dívida, défices operacionais e desequilíbrios estruturais se tornava crónica. A máquina continuava a andar, o discurso continuava a apresentar projectos e intenções, mas por baixo acumulavam-se fragilidades que só mais tarde emergiriam em toda a sua gravidade.

A tragédia do reino paralelo é precisamente esta: permite adiar a percepção do colapso.

No Estado central clássico, o défice e a despesa têm uma visibilidade maior. No Estado empresarial, o problema pode ser fragmentado, repartido por entidades, disfarçado em passivos, contratos, necessidades de refinanciamento e garantias implícitas. O cidadão comum não acompanha facilmente esta floresta. E o regime aproveita-se dessa dificuldade. O que aparece é o lado visível da acção. O que fica para técnicos, relatórios e auditorias é o lado invisível do risco.

Foi nesse desencontro entre visibilidade política e invisibilidade financeira que o socratismo floresceu.

Criou-se assim uma espécie de segundo Estado: um Estado que gastava, decidia, contratava, assumia compromissos e acumulava vulnerabilidades numa órbita em que a crítica pública demorava mais a concentrar-se. A isto chamou-se muitas vezes modernização, dinamismo, estratégia nacional, resposta pública, visão de futuro. Mas em grande parte dos casos tratava-se de algo mais simples e mais sombrio: deslocar o custo para lugares menos perceptíveis sem abdicar do ganho político imediato.

Uma democracia madura deveria ter mecanismos poderosos para conter esta tentação. Auditorias duras. Transparência radical. Cultura jornalística tecnicamente exigente. Parlamento atento. Cidadania instruída para compreender finanças públicas complexas. Mas Portugal, infelizmente, tinha e tem défices graves em quase todas essas frentes. E por isso o reino paralelo pôde crescer durante demasiado tempo com uma espécie de complacência envolvente.

Quando a crise chegou, esse mundo semioculto saiu brutalmente à superfície.

As empresas públicas deixaram de ser apenas entidades abstractas ou técnicos assuntos de gabinete. Passaram a ser reconhecidas como fontes reais de

desequilíbrio, dívida e risco sistémico. O Estado descobriu-se carregado de obrigações que não cabiam já na estética da modernização. Os bancos internacionais tornaram-se mais relutantes. O refinanciamento complicou-se. O peso acumulado começou a transformar-se em asfixia. E aquilo que durante anos fora apresentado como ambição pública revelou o seu reverso: fragilidade estrutural suportada por crédito e optimismo político.

É sempre assim que acabam os reinos paralelos: regressam ao centro no momento da falência.

O contribuinte, que nunca fora chamado a votar separadamente sobre cada compromisso, cada dívida, cada desvio, acaba chamado a pagar por todos. As entidades que pareciam ter vida própria revelam então a verdade final da sua condição: são braços do Estado, e é o Estado que responde. O reino paralelo dissolve-se nessa hora na sua essência mais nua. Nunca foi verdadeiramente autónomo. Foi apenas o lugar onde o poder estacionou a factura antes de a mandar de volta ao país.

Foi também nesse momento que se tornou visível a dimensão política do problema. Porque muitas daquelas estruturas não eram apenas veículos financeiros; eram também habitats de nomeação, de confiança partidária, de circulação de figuras próximas do poder. O colapso financeiro expôs, assim, uma degradação mais ampla: o Estado empresarial não tinha sido apenas mal governado; tinha sido habitado por uma cultura de regime.

E é isso que torna a análise da era Sócrates mais dura do que uma simples crítica de gestão. Não estamos a falar apenas de incompetência, embora ela tenha existido. Estamos a falar de um modo de poder que encontrou no universo empresarial público uma extensão funcional da sua própria lógica: centralizar sem parecer, expandir sem explicar tudo, nomear sem corar, gastar sem mostrar imediatamente a conta e sustentar com isso a grande narrativa do país em marcha.

O Estado empresarial foi, nesse sentido, a maquinaria subterrânea da ilusão.

Se a propaganda da modernidade era a fachada, este reino paralelo era parte da fundação oculta. Ali se guardava muito do custo do espectáculo. Ali se produzia muito da energia artificial do regime. Ali se convertia ambição política em obrigação futura. Ali a República perdia nitidez e se transformava, um pouco mais, num território de gestão interessada do interesse público.

José Sócrates não inventou o Estado empresarial português, nem a sua promiscuidade histórica com a lógica partidária. Mas levou essa tradição a um

novo patamar de funcionalidade política. Fez dela ferramenta de governo, de encenação e de adiamento. E ao fazê-lo deixou ao país um dos legados mais pesados do período: um Estado alargado mais endividado, mais opaco, mais vulnerável e moralmente mais gasto.

O reino paralelo serviu o regime enquanto a música tocou.
Depois deixou ao país a conta, o eco e as ruínas.

Capítulo 6 — PPP: inaugurar hoje, pagar durante décadas

Há uma tentação particularmente sedutora para qualquer governante: colher no presente o prestígio de uma obra e empurrar para o futuro o peso da factura. Poucas invenções serviram tão bem essa tentação como as parcerias público-privadas. Em teoria, podiam ser instrumentos legítimos, até úteis em circunstâncias específicas, desde que concebidas com rigor, transparência, equilíbrio contratual e verdadeira defesa do interesse público. Na prática portuguesa, e muito especialmente durante a era Sócrates, transformaram-se demasiadas vezes numa arte refinada de adiar a conta.

A PPP era o casamento perfeito entre a ambição política e a cobardia temporal.

Permitia ao regime mostrar serviço, cortar fitas, anunciar projectos, expandir infra-estruturas e alimentar a estética da modernização sem assumir de forma imediata todo o peso orçamental no palco principal do presente. Era, por assim dizer, o crédito político elevado a arquitectura contratual. O governante aparecia na fotografia da inauguração; o país apareceria mais tarde na contabilidade da servidão.

Este é o primeiro ponto a entender: a PPP, tal como foi muitas vezes usada em Portugal, não foi apenas um mecanismo financeiro. Foi um mecanismo psicológico. Serviu para aliviar a pressão política do agora. Serviu para fabricar a sensação de capacidade. Serviu para tornar a ambição visível e o custo difuso. E, num sistema político viciado em curto-prazismo, isso é quase irresistível.

Sócrates herdou um país onde esta lógica já existia em embrião. Mas a sua governação deu-lhe escala, densidade e centralidade. O regime precisava de velocidade, de obra, de sinais permanentes de transformação, de paisagem física compatível com a narrativa da modernidade. As PPP ofereciam precisamente isso: permitiam acelerar a materialização do imaginário governativo e, ao mesmo tempo, diluir o impacto orçamental imediato através de contratos longos, rendas futuras, garantias, equilíbrios financeiros presumidos e uma complexidade técnica que afastava o escrutínio público mais simples.

A sofisticação contratual servia muitas vezes como nevoeiro político.

Num país com fraca literacia financeira e institucional, bastava rodear um negócio público de linguagem técnica, modelos de risco, projecções, cenários e jargão económico para que a crítica se tornasse mais difícil. O cidadão via a estrada, o hospital, a obra, a concessão, o movimento. O que não via com a mesma clareza era o modo como aquele projecto o prenderia durante décadas a

uma teia de pagamentos, revisões, garantias e compensações. A opacidade não precisava de ser absoluta; bastava ser suficiente para cansar a vigilância.

Foi assim que a PPP se tornou, em muitos casos, uma forma elegante de disfarçar a natureza verdadeira da decisão política: gastar agora, pagar depois.

Há algo de profundamente revelador nesta lógica. O poder sabe que a democracia vive de ciclos curtos e de recompensas visíveis. Sabe que uma obra inaugurada hoje vale mais eleitoralmente do que uma obrigação futura inscrita em contratos que poucos lerão. Sabe que a memória colectiva fixa o gesto, a fita cortada, a imagem aérea da infra-estrutura nova, o ministro sorridente, o discurso da modernização. Já a factura diluída por vinte ou trinta anos não mobiliza o mesmo entusiasmo. A política contemporânea, tal como a publicidade, vive do que impressiona depressa. E a PPP foi, para o socratismo, uma ferramenta ideal de produção dessa impressão.

Mas toda a impressão tem um reverso. E o reverso da PPP foi o peso crescente de compromissos rígidos, onerosos e de difícil renegociação.

O Estado português foi-se amarrando a contratos que, em muitos casos, transferiam risco insuficiente para o privado e preservavam demasiado conforto para o concessionário. O discurso oficial falava de partilha de risco, eficiência, capacidade de investimento e modernização acelerada. A realidade mostrou que, demasiadas vezes, a repartição era desigual: o privado protegia-se, o político ganhava palco e o público herdava obrigação. As PPP acabaram por funcionar como uma máquina de socialização do risco com privatização de rendas aceitavelmente blindadas.

Nisto reside uma das grandes perversões do modelo. O que se apresentava como inovação financeira era, em demasiados casos, uma forma sofisticada de subordinar o interesse público a contratos desenhados em ambientes onde a assimetria de informação e a pressão política favoreciam decisões más. O Estado, com a pressa de mostrar obra e a obsessão com a narrativa modernizadora, entrava nesses acordos nem sempre com a severidade técnica, a prudência negocial e a independência política que seriam exigíveis. E quando um Estado entra apressado numa relação de longa duração, costuma sair dela caro.

A era Sócrates amplificou esta tendência porque estava estruturalmente vocacionada para o deslumbramento com o visível.

A sua política precisava de território transformado, de mapas preenchidos, de sinais físicos de ambição. Estradas, vias, equipamentos, requalificações, projectos de escala. A PPP permitia converter desejo político em realidade material mais

depressa do que a prudência orçamental aconselharia. E um regime enamorado da sua própria estética raramente resiste a esse atalho.

O problema é que os atalhos, em finanças públicas, costumam desembocar em penhascos.

As PPP não são problemáticas apenas pelo seu custo. São problemáticas pelo modo como alteram a estrutura moral da decisão pública. Introduzem uma distância entre quem decide e quem paga. O governante que assina o contrato pode já não estar em funções quando os encargos mais pesados se fizerem sentir. O ganho político é imediato; a responsabilização é diferida. Cria-se assim uma forma institucionalizada de irresponsabilidade: a democracia de hoje vota no brilho, a democracia de amanhã gere os destroços.

Portugal tornou-se especialista nesta forma de cobardia temporal.

Em vez de discutir com franqueza o que o país podia realmente suportar, preferiu-se muitas vezes construir uma ponte narrativa entre ambição e incapacidade usando contratos longos como almofada. O Estado parecia capaz porque os limites tinham sido empurrados para o futuro. Mas um limite empurrado não desaparece; apenas regressa mais tarde com juros, cláusulas e menos margem de manobra.

Foi isso que aconteceu quando a crise financeira e, depois, a crise das dívidas soberanas rebentaram em toda a sua força. O país já não podia dar-se ao luxo de olhar para as PPP como mera sofisticação de engenharia contratual. Passou a vê-las como o que tantas eram: encargos pesados, compromissos pouco flexíveis, obrigações que restringiam severamente a capacidade de ajustamento das contas públicas. De repente, a linguagem da modernização deu lugar à linguagem da renegociação, da insustentabilidade e do peso excessivo.

Quando um regime é obrigado a renegociar o que antes celebrara como vitória estratégica, descobre-se que a propaganda tinha sido mais sólida do que a inteligência do negócio.

E aqui aparece um traço importante do período: a diferença entre obra e valor. Havia obra, sem dúvida. Havia infra-estrutura, havia construção, havia transformação física. Mas havia valor? Havia racionalidade proporcional? Havia equilíbrio entre benefício real e custo futuro? Havia verdadeira defesa do interesse público a longo prazo? Em demasiados casos, a resposta é desconfortável. Porque o problema das PPP na era Sócrates não foi o de serem invisíveis; foi o de terem sido vistas com os olhos errados. Foram avaliadas

sobretudo como demonstração de acção, não como compromissos de duração histórica.

Esta é uma das doenças portuguesas mais persistentes: a adoração do concreto visível e o desprezo pelo abstracto contabilístico. Uma auto-estrada vê-se. Uma renda contratual futura não se vê. Um hospital inaugura-se. Uma cláusula leonina não se inaugura. Um governante sobrevoa uma obra e parece estadista; ninguém sobrevoa com a mesma emoção a folha onde se registam as obrigações de trinta anos. A política sabe isto. E quando sabe isto, usa-o.

Sócrates usou-o bem demais.

As PPP tornaram-se, assim, uma das expressões mais acabadas da cultura do adiamento que marcou o período. Eram a poesia negra do “depois logo se vê”. Eram o triunfo contratual da frase mais ruínosa da governação portuguesa: “o importante é avançar”. Ora, avançar para onde? Com que custo? Em nome de quê? Sobre que base económica? Com que margem futura? Estas perguntas, que deveriam ter sido centrais, eram frequentemente empurradas para o canto maçador da prudência, esse lugar sempre pouco amado pelos regimes embriagados de movimento.

Mas a prudência, mesmo desprezada, acaba sempre por vingar-se.

Quando o país entrou no ciclo da assistência externa, quando os relatórios técnicos começaram a desmontar os encargos futuros, quando a necessidade de renegociar contratos se tornou urgente e quando a opinião pública começou finalmente a perceber que a festa da modernização tinha deixado um rasto de rendas e obrigações, as PPP passaram de ferramenta de prestígio a símbolo de irresponsabilidade acumulada.

Foi um dos grandes momentos de desmascaramento da era Sócrates.

Percebeu-se então que o problema nunca fora apenas financeiro. Fora também institucional e moral. As PPP mostraram até que ponto um regime podia moldar a estrutura do tempo a seu favor: trazer o benefício político para o presente e empurrar o sacrifício para os anos seguintes. É uma forma de governação profundamente anti-republicana, porque viola um princípio implícito de justiça entre governantes e governados. O mandato político é temporário; a factura, porém, fica. E fica não para o líder que a converteu em imagem de força, mas para o país que acreditou nessa imagem.

A questão não é, portanto, apenas saber se cada parceria era tecnicamente defensável. A questão é perceber a cultura política que as multiplicou e que nelas encontrou um instrumento perfeito de expansão sem verdade.

Essa cultura tinha um rosto claro: a convicção de que Portugal podia avançar pela força da decisão política, mesmo quando a base económica e institucional não sustentava o ímpeto. As PPP eram o pacto ideal entre essa convicção e o desejo de evitar travões. Eram a forma jurídica de dizer: “ façamos já, logo se paga”. E o país, uma vez mais, aceitou o pacto porque queria acreditar que o amanhã seria suficientemente rico, suficientemente dócil ou suficientemente distante.

Nenhuma dessas hipóteses se confirmou.

O amanhã chegou pobre, zangado e muito próximo.

As PPP, que haviam sido apresentadas como prova de inteligência financeira e ambição modernizadora, revelaram-se em grande medida como aquilo que eram: mecanismos de compressão do custo presente e ampliação da vulnerabilidade futura. Não foram o único problema da era Sócrates, mas foram uma das suas mais refinadas expressões. Nelas se juntaram quase todos os vícios do período: culto da obra, obsessão com a imagem, desvalorização da prudência, fé excessiva em engenharia financeira, desprezo implícito pelo contribuinte futuro e confiança quase religiosa na capacidade do poder de domesticar o tempo.

Mas o tempo é o único actor que não assina protocolos com governos.

No fim, foi ele que venceu. Trouxe à superfície os encargos, expôs os desequilíbrios, obrigou a renegociações, desfez a aura de eficácia e revelou, por trás da pompa inauguradora, a essência de uma política feita de beleza instantânea e servidão prolongada.

As PPP permitiram inaugurar hoje.

Portugal passou depois décadas a pagar o eco dessas inaugurações.

Capítulo 7 — Parque Escolar e a estética do poder

Há obras públicas que servem o país. E há obras públicas que, além de servirem o país, servem o espelho do regime. A distinção nem sempre é imediata, porque toda a política gosta de se apresentar como utilidade colectiva. Mas há momentos em que o poder deixa de construir apenas para responder a necessidades e começa também a construir para se contemplar. A Parque Escolar foi, na era Sócrates, um desses momentos particularmente reveladores.

Em si mesmo, o objectivo parecia quase incontestável. Requalificar escolas, renovar edifícios degradados, melhorar condições físicas, dotar o sistema de ensino de uma imagem mais digna, mais contemporânea, mais compatível com a ideia de um país que queria finalmente abandonar o atraso. Quem poderia, à partida, insurgir-se contra isso? Quem poderia defender escolas envelhecidas, instalações decadentes, espaços sem qualidade e alunos condenados a estudar em ambientes que pareciam restos de um país adiado?

O problema, como tantas vezes, não estava no princípio. Estava no estilo, no custo, na lógica de execução e no imaginário político que envolveu o projecto.

A Parque Escolar não foi apenas uma política de infra-estrutura educativa. Foi também uma operação estética de grande escala. O regime precisava de imagens fortes da sua própria modernização, de sinais materiais do novo tempo, de objectos visíveis que pudessem condensar a narrativa da transformação nacional. A escola servia admiravelmente esse propósito. Tocava num valor civilizacional elevado — a educação — e permitia associar o governo a uma ideia de futuro, juventude, conhecimento e regeneração. Era um palco quase perfeito.

Foi por isso que a renovação das escolas rapidamente ultrapassou a simples lógica funcional e entrou no domínio da cenografia política.

As novas escolas não eram apenas espaços requalificados; eram também símbolos. Representavam o país que o socratismo queria contar a si próprio. Um país limpo, novo, arquitectonicamente elegante, tecnologicamente alinhado, culturalmente reabilitado, pronto a deixar para trás a fealdade administrativa das décadas anteriores. Havia, em tudo isto, uma dimensão de redescoberta narcisista: o Estado não estava apenas a melhorar equipamentos; estava a produzir uma imagem de si como artista da modernidade.

E, como em toda a arte do poder, a forma passou a ser quase tão importante como a função.

A arquitectura ganhou centralidade, o desenho adquiriu valor simbólico, a apresentação dos projectos tornou-se parte da mensagem. A escola era mostrada não só como lugar de aprendizagem, mas como emblema físico da mudança. Cada requalificação parecia dizer ao país: “olhai como o Estado vos eleva, como vos reconstrói, como vos projecta no futuro”. A obra pública deixava assim de ser apenas um meio. Tornava-se linguagem.

Mas sempre que o poder se apaixona pela linguagem da forma, corre o risco de se afastar da disciplina da substância.

Foi isso que começou a acontecer com a Parque Escolar. O projecto passou a respirar num ambiente de excepionalidade. A urgência política da transformação, a sedução da imagem final e a vontade de deixar marca foram criando um clima em que o escrutínio financeiro e contratual se tornava menos sedutor do que a celebração da obra. Quem queria parecer contra escolas melhores? Quem queria estragar a festa do progresso com perguntas frias sobre custos, endividamento, procedimentos, modelos de contratação ou equilíbrio financeiro?

É precisamente assim que nascem os programas públicos mais vulneráveis ao excesso: abrigados por uma causa nobre.

A educação serviu de escudo moral à estética do poder. E isso deu ao regime uma margem preciosa. Porque um projecto revestido de legitimidade simbólica alta resiste melhor à crítica. A objecção técnica pode ser facilmente apresentada como mesquinhez. A prudência financeira pode parecer avareza cívica. A dúvida quanto ao modelo de execução pode ser retratada como desinteresse pelo futuro dos alunos. A política ganha, assim, uma blindagem emocional que a torna mais ousada e menos controlável.

A Parque Escolar viveu muito dessa blindagem.

E não se diga que foi tudo vazio. Não foi. Houve de facto escolas renovadas. Houve melhoria visível de condições. Houve impacto material, conforto acrescido, dignidade espacial. Seria simplista negar isso. O problema, porém, é outro. O problema está em saber se a melhoria foi conduzida com prudência, proporcionalidade, transparência e sustentabilidade. O problema está em perguntar se o regime não transformou um objectivo legítimo num programa onde a estética e a ambição política empurraram a contenção para o banco de suplentes.

Em Portugal, esta é uma doença recorrente: o país não resiste facilmente à sedução da obra que brilha.

Uma escola requalificada, com linhas modernas, espaços amplos e uma imagem renovada, impressiona. E impressiona ainda mais quando enquadrada por uma narrativa de regeneração nacional. A política sabe disso. Sabe que a beleza pública tem um poder quase litúrgico. Faz esquecer, por momentos, as notas de rodapé orçamentais, os desvios, as debilidades contratuais, a dívida acumulada, as excepções procedimentais. O Estado parece, de repente, nobre, generoso, quase redentor.

Mas o Estado não é redentor. É pagador. E tudo o que paga com dinheiro que não tem prepara sempre uma correcção futura.

A Parque Escolar tornou-se, assim, um caso exemplar da tensão entre necessidade real e estética de regime. Por um lado, respondia a um problema existente. Por outro, foi executada dentro de um ambiente político que precisava de grandiosidade visual, rapidez e assinatura pública. O projecto deixou de ser apenas uma política educativa e passou a integrar a máquina simbólica do socratismo: provar que o país mudava porque o poder o tinha decidido.

Ora, quando o poder quer provar-se através da obra, a obra deixa de poder ser apenas razoável. Tem de impressionar.

Essa necessidade de impressionar é uma armadilha perigosíssima na administração pública. Porque o razoável tende a parecer pequeno. O funcional parece pouco inspirador. O proporcional parece modesto. E um regime que vive da promessa de aceleração não gosta da modéstia. Quer impacto. Quer sinal. Quer evidência física da sua energia transformadora. A Parque Escolar oferecia-lhe tudo isso numa embalagem moralmente sedutora e visualmente brilhante.

Era, quase literalmente, o sonho húmido de um poder apaixonado por si mesmo.

Mas como em todos os sonhos desse tipo, o despertar foi menos agradável. As auditorias e críticas posteriores vieram lembrar aquilo que o encanto visual ajudara a empurrar para o fundo: falhas de controlo, reservas sobre o modelo financeiro, procedimentos problemáticos, custos elevados, contratos não submetidos com a regularidade devida aos mecanismos de fiscalização e um ambiente geral de excepção que nunca deveria tornar-se normal numa democracia madura.

É aqui que a Parque Escolar deixa de ser apenas um programa polémico e se torna metáfora de época.

Metáfora de um regime que acreditava mais na capacidade da forma para legitimar a acção do que na obrigação da prudência para discipliná-la. Metáfora de uma cultura política que confundia visão com excesso, ambição com

hipertrofia e obra pública com assinatura narcisista. Metáfora, ainda, de um país que tantas vezes prefere admirar a superfície acabada de um edifício a interrogar-se sobre a natureza da conta, do contrato e da prioridade.

Na verdade, a Parque Escolar foi uma espécie de versão arquitectónica da própria era Sócrates.

Tinha brilho, narrativa, intenção regeneradora, capacidade de sedução, legitimidade simbólica e impacto imediato. Mas trazia também dentro de si os traços mais perigosos do período: centralização, excepcionalismo, gosto pelo grande gesto, enfraquecimento da contenção, plasticidade orçamental e um namoro permanente com a ideia de que a modernidade visível absolveria o resto. A obra surgia como prova moral do regime. E quando a obra é usada assim, o seu valor político excede muito o seu valor funcional. Ela passa a ser espelho.

O poder olhava para aquelas escolas e via-se a si próprio. Via o país que dizia estar a construir. Via a sua própria grandeza reflectida em betão renovado, vidro polido, linhas limpas e fotografias institucionais. A escola deixava de ser apenas lugar onde os alunos aprendem; tornava-se altar discreto da auto-celebração governativa.

Há qualquer coisa de profundamente portuguesa neste processo. A velha necessidade de compensar fragilidade estrutural com demonstração visível. O gosto pelo objecto acabado, pela fachada reabilitada, pela imagem de progresso encarnada em coisa material. Como se o país pudesse, através da beleza pública, curar a sua própria insuficiência económica, institucional e moral. O socratismo explorou isso com habilidade. Sabia que a obra educacional era particularmente poderosa porque tocava ao mesmo tempo a sensibilidade cívica e a vaidade nacional.

Mas as metáforas arquitectónicas têm um defeito: não pagam juros. Os contratos, esses, pagam.

Quando a crise financeira apertou e a dura materialidade das contas públicas começou a esmagar o brilho do discurso, programas como a Parque Escolar passaram a ser relidos sob outra luz. O que antes parecera apenas ambição modernizadora começou a surgir também como excesso dispendioso. O que antes parecera visão passou a ser examinado como possível imprudência. O que antes fora mostrado como símbolo começou a ser avaliado como factura.

Esse é o destino de toda a estética do poder: mais cedo ou mais tarde encontra-se com o contabilista da História.

E a História, ao contrário dos assessores, não fica impressionada com bons ângulos fotográficos. Pergunta pelo custo, pela duração, pelo método, pela verdade do processo, pela relação entre forma e necessidade, entre ambição e responsabilidade. Nessa hora, a Parque Escolar deixa de ser apenas uma sucessão de edifícios renovados e passa a ser aquilo que realmente foi no contexto do período: uma peça central da dramatização modernizadora do regime.

Talvez por isso continue a incomodar tanto. Não porque fosse absurdo requalificar escolas. Isso era necessário. Incomoda porque mostra como até uma necessidade legítima pode ser absorvida pela lógica de um poder que se serve dela para se glorificar. Incomoda porque revela que o socratismo não construía apenas coisas; construía sobretudo a imagem de si como força histórica inevitável. Incomoda porque faz ver como o belo, em política, pode ser usado para adormecer o juízo.

E quando o juízo adormece, o poder sonha sempre mais alto do que o país pode pagar.

A Parque Escolar foi isso: uma obra real, uma melhoria real em muitos casos, mas também um monumento à estética de um regime que precisava de se exhibir em transformação contínua. Foi a pedagogia do espaço ao serviço da pedagogia do poder. Foi o país requalificado em fotografia e comprometido em factura. Foi o brilho arquitectónico de uma era que acreditava poder tornar-se grande pela intensidade da sua própria encenação.

As escolas ficaram.

Mas nelas ficou também, para quem saiba olhar, o eco de um tempo em que o poder quis ensinar ao país não apenas como estudar melhor, mas sobretudo como admirar a sua própria ilusão.

PARTE III — PROMISCUIDADE, INFLUÊNCIA E CAPTURA

Capítulo 8 — Negócios, política e a respiração do compadrio

Há países onde a fronteira entre política e negócios é vigiada com severidade quase instintiva. Não porque os homens sejam anjos, mas porque as instituições aprenderam, por experiência amarga, que o poder económico e o poder político, quando respiram demasiado perto um do outro, acabam por contaminar o ar da República. Portugal nunca foi exemplar nessa matéria. Pelo contrário: desenvolveu ao longo de décadas uma familiaridade quase resignada com a promiscuidade, um modo morno de aceitar que influências circulam, que interesses se cruzam, que portas giram, que favores se sugerem sem se declararem, e que o compadrio, longe de ser acidente, funciona muitas vezes como método informal de funcionamento nacional.

Na era Sócrates, esse velho vício português ganhou densidade, confiança e ambiente.

Não se tratou apenas de alguns episódios isolados, de um ou outro caso mediático ou de um conjunto de amizades infelizes. O que se foi consolidando foi uma atmosfera. E a atmosfera, em política, conta tanto como os actos formais. Uma democracia pode manter intactas as suas leis, os seus tribunais, os seus reguladores e o seu Parlamento, e ainda assim adoecer gravemente se deixar que se instale um clima em que a proximidade entre poder e interesse se torna normal, esperada, quase orgânica. Foi isso que aconteceu em grande medida no período socratista: o país começou a respirar dentro de um ar carregado de promiscuidade funcional.

A palavra “compadrio” é, entre nós, usada muitas vezes como desabafo, quase como folclore amargo. Mas convém tratá-la aqui com a gravidade que merece. O compadrio não é apenas amizade mal colocada. É a substituição da impessoalidade republicana pela lógica da confiança tribal. É a circulação de influência por via de proximidades pessoais, partidárias, sociais e económicas. É a ascensão do critério relacional acima do critério institucional. É, em suma, o momento em que o Estado deixa de ser plenamente uma arquitectura de regras e começa a funcionar, em parte, como rede de contactos.

Numa sociedade pequena como a portuguesa, o risco é sempre maior. Os círculos cruzam-se. As elites conhecem-se. A política, as empresas, os escritórios de advogados, os media, os reguladores e os conselhos de administração partilham frequentemente linguagens, almoços, escolas, famílias políticas e histórias

comuns. Nada disto seria necessariamente fatal se houvesse uma cultura férrea de contenção e incompatibilidade moral. O problema é que, em Portugal, a contenção é fraca e a indulgência é larga. E quando um regime forte ocupa o centro do palco, essas redes não se retraem: aproximam-se.

Sócrates governou precisamente num desses momentos de máxima atracção gravitacional.

O poder executivo, centralizado e agressivo, tornou-se o sol em torno do qual muitas órbitas giravam. Empresas com interesses estratégicos, grupos económicos, dirigentes de empresas públicas, intermediários, consultores, figuras de aparelho, administradores e operadores discretos percebiam que o centro político tinha peso real, distribuía oportunidade, desbloqueava caminhos, criava ambiente e influenciava decisões de grande impacto. Numa situação assim, o compadrio deixa de ser simples deformação cultural e transforma-se numa linguagem sistémica.

Não é preciso que todos conspirem. Basta que todos compreendam o clima.

E o clima era este: havia uma relação demasiado íntima entre o universo da decisão pública e o universo dos interesses privados com vocação para a proximidade do Estado. A política não se limitava a regular a economia; tocava-a, cercava-a, cruzava-se com ela, por vezes quase a respirava. Em troca, a economia regulada, concessionada, dependente ou influente aprendia a mover-se com subtilidade dentro desse espaço de proximidade. Nem sempre se tratava de corrupção no sentido penal. Muitas vezes tratava-se de algo mais antigo e mais viscoso: a cultura de regime, onde todos sabem que a influência existe mesmo quando não deixa recibo moral.

A era Sócrates foi particularmente fértil para este fenómeno porque juntou três ingredientes explosivos. Primeiro, um governo com ambição transformadora, portanto com enorme apetite por projectos, contratos, empresas, concessões, infra-estruturas e decisões económicas de escala. Segundo, um Estado alargado fortemente presente em sectores estratégicos, directa ou indirectamente. Terceiro, uma máquina política confiante, centralizada e habituada a comandar. Quando estes três elementos se cruzam num país de fraca vigilância cívica, a tentação do compadrio deixa de ser marginal. Torna-se quase reflexo.

É aqui que o problema deixa de ser apenas moral e passa a ser institucional.

Porque uma democracia não adoece apenas quando há dinheiro trocado por favores explícitos. Adoece também quando o interesse privado aprende que a melhor forma de prosperar é aproximar-se do centro político. Adoece quando a

nomeação certa pesa mais do que a regra certa. Adoece quando um telefonema pode valer mais do que um procedimento. Adoece quando o empresário não pergunta primeiro pelo mérito do projecto, mas pelo mapa das relações. Adoece, em suma, quando a República deixa de ser percebida como campo de neutralidade e passa a ser vista como território de intermediação.

Tudo isto tem consequências devastadoras, mesmo antes de qualquer tribunal intervir.

A primeira consequência é a degradação do mérito. Num ambiente de compadrio, os mais competentes nem sempre sobem; sobem frequentemente os mais alinhados, os mais úteis, os mais próximos do circuito. A segunda é a distorção da concorrência. O mercado deixa de funcionar com base na qualidade e no preço e passa a funcionar, em parte, com base na proximidade ao poder. A terceira é a erosão da confiança pública. O cidadão comum, ainda que não conheça todos os detalhes, começa a perceber que existe qualquer coisa de viciado no ar. E quando um povo sente que o ar está viciado, deixa de acreditar plenamente na justiça do sistema.

Foi isso que o socratismo legou em larga medida: um país cansado de suspeitar.

Mas convém ir mais fundo. O compadrio não vive apenas de casos concretos. Vive de uma espécie de ritmo subterrâneo. É a respiração própria de um regime habituado a que as fronteiras sejam flexíveis. Não precisa de se exhibir. Nem sequer precisa de triunfar sempre. Basta-lhe existir como possibilidade reconhecida. Basta que muitos actores saibam que há um caminho de facilitação para quem estiver suficientemente perto, ou pelo menos suficientemente sintonizado, com o centro do poder. Essa simples percepção já altera comportamentos, expectativas e decisões.

É por isso que os escândalos mais visíveis de uma época são apenas a ponta do fenómeno.

Por baixo deles existe um mar inteiro de adaptações silenciosas. Gente que se aproxima. Gente que se cala. Gente que percebe para onde sopra o vento. Gente que ajusta o discurso, o investimento, a estratégia ou a prudência conforme a disposição do poder. Este tipo de sociedade não precisa de ordens constantes; basta-lhe um centro suficientemente forte e um conjunto de sinais suficientemente claros. O resto organiza-se sozinho, como fazem todos os ecossistemas de deferência.

A respiração do compadrio é, portanto, o contrário do escândalo puro. O escândalo explode; o compadrio infiltra-se. O escândalo faz barulho; o compadrio

cria hábito. O escândalo provoca indignação; o compadrio gera cinismo. E o cinismo é muitas vezes mais perigoso do que a indignação, porque já não espera reforma, apenas sobrevivência.

A era Sócrates transformou esse cinismo em sensibilidade nacional.

O país começou a olhar para grandes operações, grandes interesses, grandes proximidades e grandes decisões com um sobranceirismo permanente. Nem sempre sabia exactamente o que se passava. Mas já não conseguia acreditar totalmente que tudo obedecia apenas a critérios impessoais. Havia uma sensação de promiscuidade difusa, uma fadiga moral, uma impressão de que os círculos do poder se tinham tornado demasiado íntimos, demasiado respirados, demasiado certos de si. E uma democracia que entra nesse estado começa a apodrecer mesmo antes da prova judicial dos seus piores pecados.

Porque o compadrio, quando ganha escala, muda a alma do regime.

Faz da política uma esfera menos nobre e mais instrumental. Faz do empresário um peregrino do gabinete. Faz do gestor público um equilibrista entre a missão e a fidelidade. Faz do regulador uma figura suspeita. Faz da imprensa um campo de sombras e de precauções. Faz do cidadão comum alguém cada vez mais convencido de que há uma regra para o papel e outra para o poder. E essa duplicidade é talvez a mais corrosiva de todas as heranças, porque mata lentamente o vínculo de confiança que sustenta qualquer ordem democrática séria.

No socratismo, esta lógica encontrou solo fértil também por uma razão de carácter. O regime gostava de força, de controlo, de rapidez, de centralidade. E todo o poder que gosta demasiado destas coisas tende a encarar a autonomia dos outros como obstáculo, não como saúde institucional. Daí à normalização de círculos de influência vai apenas um passo. Se o governo acredita que encarna a modernização, se considera que as resistências são meros atrasos, se se sente moralmente superior aos entraves, então começa a olhar com naturalidade para uma rede de aliados, próximos e úteis que o ajudem a mover a máquina. O compadrio deixa de parecer vício; passa a parecer racionalidade estratégica.

É sempre assim que a decadência se justifica.

Não se diz: “vamos corroer a República”. Diz-se: “é preciso governar”. Não se diz: “vamos favorecer proximidades”. Diz-se: “é preciso gente de confiança”. Não se diz: “vamos tornar porosas as fronteiras entre política e negócio”. Diz-se: “é preciso coordenação”. O mal raramente aparece em linguagem brutal; instala-se

vestido de necessidade. E o socratismo teve um talento especial para vestir necessidade sobre tudo o que queria fazer.

Mas a necessidade não absolve.

Quanto mais se aproximavam política, negócios, aparelho, empresas públicas, grupos estratégicos e figuras orbitais, mais o país descia para dentro de um pântano moral de onde sairia muito mais pobre em confiança. Não é por acaso que, anos depois, o julgamento público da era Sócrates não se centra apenas nos números da dívida ou no pedido de resgate. Centra-se também numa sensação mais funda: a de que o país foi governado por um ambiente de promiscuidade elevada, onde o poder se habituou demasiado a confundir interesse nacional com gestão de influências.

Talvez seja isso, no fundo, o compadrio em estado maduro: não um crime único, não uma decisão isolada, mas uma ecologia. Uma forma de vida do poder. Uma maneira de habitar o Estado, a economia e a sociedade como se tudo fosse permeável à lógica da proximidade. E uma vez instalada essa ecologia, mesmo as decisões formalmente legais ficam tocadas por suspeição, porque o problema já não está apenas no que foi feito, mas no ar que se respirava enquanto se fazia.

O socratismo deixou esse ar.

Um ar de corredor, de telefone, de intermediação, de facilidade indevida, de circuitos fechados, de relações que valiam mais do que deviam. Um ar em que a República parecia cada vez menos uma casa de portas claras e cada vez mais um edifício onde certas chaves abriam mais do que uma fechadura.

E quando um país começa a suspeitar que as chaves certas circulam sempre pelas mesmas mãos, já entrou no território da decadência.

A respiração do compadrio foi, por isso, um dos sinais mais seguros de que a era Sócrates não era apenas um ciclo político intenso. Era já um regime moralmente fatigado, demasiado íntimo dos seus interesses, demasiado confiante nas suas redes e demasiado convencido de que o poder, uma vez conquistado, podia transformar-se numa forma ampliada de pertença.

Foi nesse ar que o país se habituou a viver.

E foi nesse ar, espesso e viciado, que a confiança pública começou lentamente a sufocar.

Capítulo 9 — PT, TVI e a tentação do controlo

Há momentos em que um episódio singular ilumina, com violência quase perfeita, a natureza íntima de um regime. O caso PT/TVI foi um desses momentos. Mais do que uma operação empresarial falhada, mais do que uma controvérsia mediática ou uma batalha parlamentar, tornou-se uma metáfora quase definitiva da era Sócrates: o poder político a respirar demasiado perto dos centros económicos, a informação a surgir como território sensível de disputa, e a suspeita de que o governo já não queria apenas governar o país — queria também moldar o ambiente em que o país o via.

Numa democracia madura, a simples possibilidade de uma grande empresa fortemente condicionada pelo poder político ou regulatório se mover sobre um órgão de comunicação social incómodo deveria acender alarmes institucionais imediatos. Porque a liberdade de imprensa não se corrói apenas por censura bruta. Pode ser erodida também por operações empresariais oportunamente alinhadas, por movimentos aparentemente privados mas politicamente respirados, por aquisições que mudam centros de gravidade editoriais sem necessidade de uma única ordem escrita. A sofisticação do controlo moderno está precisamente nisto: não precisa de se assumir como controlo; basta-lhe deslocar o terreno.

Foi isso que o caso PT/TVI trouxe para o centro da vida pública portuguesa.

A Portugal Telecom não era uma empresa qualquer. Era uma entidade estratégica, pesada, com forte relevância política, económica e regulatória, situada num ecossistema em que o Estado tinha influência directa e indirecta. A TVI, por sua vez, não era um activo neutro. Era um canal com capacidade real de perturbar a paz do poder, de produzir desconforto, de criar narrativa e de dar palco a vozes e linhas editoriais incómodas para o governo. O simples cruzamento destas duas realidades era suficiente para tornar a operação explosiva.

Mas a explosão não veio apenas da operação em si. Veio do que ela parecia significar.

O país percebeu intuitivamente que não estava perante uma transacção empresarial banal. Percebeu que havia ali algo mais fundo, algo de atmosférico, algo que dizia respeito à relação do poder com a crítica, com a independência do espaço mediático e com a velha tentação, tão antiga como o Estado, de condicionar as vozes que o incomodam. A suspeita não precisava de uma prova

cinematográfica para ser politicamente devastadora. Bastava a verosimilhança. Bastava a lógica do tempo. Bastava a natureza dos actores envolvidos.

Num regime já marcado por centralização, agressividade comunicacional e promiscuidade entre política e interesse, o caso PT/TVI caiu como a peça que faltava para completar o retrato.

Porque nele estavam reunidos todos os nervos sensíveis da época: a utilização de uma grande estrutura económica em órbita do poder, a possibilidade de interferência sobre um órgão de comunicação social influente, o papel de figuras politicamente próximas, a suspeita de uma vontade de disciplinar o incómodo mediático sem recurso a formas clássicas de censura, e a evidência de que a democracia portuguesa podia ser mais frágil do que gostava de admitir.

A beleza sinistra do episódio está justamente na sua modernidade. Não era preciso fechar jornais, prender jornalistas ou impor censura formal. Bastava deslocar a propriedade, alterar o comando, reconfigurar a linha de força. O poder já não precisava de bater à porta da redacção de forma explícita; podia, em tese, agir mais a montante, sobre as condições estruturais da independência editorial. Esta é a forma contemporânea da tentação autoritária suave: agir através da economia para afectar a liberdade sem se declarar inimigo dela.

A comissão parlamentar de inquérito, ao mergulhar no caso, acabou por expor algo de fundamental: a própria suspeita de que a operação pudesse servir para alterar o ecossistema mediático já era, por si só, politicamente devastadora. E a devastação era maior porque se encaixava demasiado bem no perfil do período. Sócrates governava com alergia crescente ao contraditório mais corrosivo. O regime reagia mal à crítica persistente. A comunicação oficial vivia em estado de combate. A ideia de que o poder pudesse desejar um espaço mediático menos hostil era não apenas plausível; era quase coerente com tudo o resto.

É por isso que o caso PT/TVI ultrapassa em muito a questão da legalidade estrita.

Mesmo que não houvesse uma prova criminal definitiva de ordens directas, mesmo que o mecanismo exacto de influência permanecesse difuso ou atmosférico, o episódio revelou uma verdade política central: na era Sócrates, o poder estava demasiado próximo da tentação de usar o seu ecossistema económico e relacional para condicionar o ambiente mediático. E numa democracia, essa proximidade já é grave. Porque a liberdade não é ameaçada apenas quando cai; é ameaçada logo que se torna verosimilmente negociável.

O que torna tudo ainda mais significativo é o papel dos intermediários.

Em política, o controlo raramente se exerce sempre pelo topo de forma bruta. Exerce-se através de homens de confiança, de administradores, de operadores discretos, de figuras que compreendem o que convém sem precisarem de uma liturgia escrita. O caso PT/TVI mostrou bem este tipo de ecologia do poder: redes de proximidade, afinidades partidárias, administrações em órbita política, actores que se movem como peças de um sistema onde todos entendem suficientemente o centro para não precisarem de ser instruídos a cada momento.

Esta é uma das maiores ameaças à democracia portuguesa: a substituição da transparência republicana por uma cultura de sinais.

Num sistema assim, o poder não tem de se comprometer verbalmente com a sua intenção. Basta que o ambiente exista. Basta que a cultura do regime seja conhecida. Basta que certos movimentos pareçam naturais dentro da lógica dominante. E quando um negócio sobre um meio de comunicação social se torna inteligível à luz dessa lógica, o regime já perdeu uma parte importante da sua inocência política, ainda que continue a disputá-la em conferências de imprensa e em debates parlamentares.

A questão de fundo era simples, embora tremenda: até que ponto o poder executivo de então admitia como legítimo ou desejável influenciar o mapa mediático do país?

Se a resposta fosse “em nada”, o caso nunca teria surgido daquele modo, naquele contexto, com aqueles protagonistas e aquela coerência atmosférica. O facto de ter surgido, e de ter parecido tão plausível a tantos, diz muito sobre a degradação do período. A República começava a dar sinais de que a fronteira entre a gestão do poder e a tentação de domesticar o olhar sobre o poder se tornava cada vez menos nítida.

E isto é gravíssimo porque a imprensa livre não é um adereço da democracia. É uma das suas últimas linhas de defesa.

Um governo pode tentar ocupar o Estado, aproximar-se de interesses estratégicos, usar a dívida para prolongar a ilusão, alargar o Estado empresarial e até sobreviver algum tempo à promiscuidade moral do compadrio. Mas se consegue também, directa ou indirectamente, reduzir a independência dos meios que o observam, então entra-se numa zona muito mais escura. Porque a democracia fica sem espelho livre. E um poder sem espelho é um poder que começa a acreditar em si de forma irreversivelmente patológica.

O caso PT/TVI revelou precisamente essa tentação narcísica. O regime queria não apenas fazer a sua narrativa, mas diminuir o ruído das narrativas alheias.

Não queria apenas comunicar-se; queria, tanto quanto possível, reduzir o ecossistema do incómodo. E esse desejo, ainda que travado, falhado ou exposto a tempo, mostra a natureza íntima do poder em exercício.

Todo o grande poder desenvolve, cedo ou tarde, uma relação doentia com a crítica. Primeiro despreza-a. Depois combate-a. Depois tenta enquadrá-la. Depois tenta neutralizá-la. Depois começa a sonhar, mesmo que nunca o confesse, com um ambiente mais respirável, mais obediente, menos áspero, menos livre na prática. O socratismo percorreu esse caminho com uma inquietante nitidez. O caso PT/TVI foi o ponto em que o sonho do controlo deixou de ser apenas suposição psicológica e se aproximou perigosamente de um movimento real.

Houve aqui, além do mais, uma lição sobre o modo português de exercício do poder. Em vez de confronto frontal, prefere-se muitas vezes a deslocação lateral. Em vez de censura aberta, tenta-se a reconfiguração proprietária. Em vez de interditar, procura-se enquadrar. Em vez de calar à força, tenta-se reduzir o campo de liberdade efectiva. É um estilo mais civilizado na aparência, mais europeu na forma, mais sofisticado nos meios — mas não menos perigoso no efeito.

Porque o resultado final seria o mesmo: um espaço mediático menos livre para incomodar o poder.

A tragédia é que, numa parte significativa da opinião pública portuguesa, o escândalo acabou por ser consumido como mais um episódio do folclore nacional, não como o sinal de alarme civilizacional que era. Talvez porque o país já estava tão habituado à promiscuidade que o extraordinário se tornava apenas mais um capítulo da novela. Talvez porque a fadiga moral já transformara a indignação em ironia resignada. Talvez porque as elites políticas e mediáticas tinham perdido demasiado da capacidade de se escandalizarem verdadeiramente com a erosão das fronteiras republicanas.

Mas a gravidade do episódio permanece. E permanece precisamente porque toca num nervo central da era Sócrates: a convicção crescente de que o poder, uma vez investido da missão de modernizar o país, ganhava também uma espécie de licença psicológica para reorganizar o ambiente à sua volta. O governo deixava de ser apenas actor entre outros; queria tornar-se centro ordenador da paisagem.

Foi esse impulso que o caso PT/TVI tornou visível.

Não é preciso provar uma conspiração onnipotente para reconhecer a doença. Basta perceber a coerência. Basta ver como o episódio encaixa no resto: centralização do poder, ocupação do Estado, respiração do compadrio, desprezo

pela prudência, agressividade perante a crítica e vontade de dominar o enquadramento do real. A operação PT/TVI foi, nesse sentido, a imagem condensada de um regime que começava a achar normal tocar em tudo o que lhe parecia demasiado independente.

E esta é talvez a formulação mais exacta do problema: o socratismo não suportava bem a independência alheia.

Nem a independência institucional. Nem a independência técnica. Nem a independência mediática. Tudo aquilo que escapava à sua narrativa era vivido como ruído, atraso, sabotagem ou desconforto. O caso PT/TVI mostrou até onde essa impaciência podia ir. Mostrou que o poder estava disposto, pelo menos no plano do ambiente e da plausibilidade política, a sonhar com um campo mediático mais domesticado, mesmo que o fizesse pelos caminhos laterais da engenharia empresarial.

Foi uma derrota para a República, ainda que a operação tenha falhado.

Porque a derrota não está só no acto consumado. Está também na revelação da tentação. Está no facto de o país ter visto, por um instante claríssimo, aquilo que o regime poderia desejar fazer se tivesse a oportunidade, os instrumentos e a margem suficientes. Está em perceber que a liberdade mediática não era amada como contrapeso democrático, mas tolerada enquanto não incomodasse demais.

A partir desse momento, a era Sócrates deixou de ser apenas um período de dívida, propaganda e compadrio. Passou a ser também o tempo em que a democracia portuguesa espreitou, com um arrepio, o rosto polido da tentação de controlo.

A TVI não foi apenas uma televisão naquele episódio.

Foi a prova de que o poder, quando se julga indispensável, acaba sempre por desejar um espelho mais obediente.

Capítulo 10 — O regime atmosférico

As democracias raramente se degradam apenas através de golpes súbitos, de rupturas formais ou de actos dramáticos que possam ser facilmente assinalados na linha do tempo. Na maior parte das vezes apodrecem devagar, por infiltração, por hábito, por mudança de clima. Continuam a ter eleições, jornais, tribunais, debates parlamentares, comentadores, discursos solenes e cerimónias públicas. Tudo parece, à superfície, normal. E, no entanto, qualquer observador atento sente que alguma coisa se deslocou. O ar tornou-se mais pesado. As instituições respiram de outra maneira. A liberdade continua escrita, mas parece menos solta. O medo não é oficial, mas circula em doses subtis. A linguagem endurece. A prudência passa a chamar-se alinhamento. A autonomia começa a soar a deslealdade. A crítica já não é vista como parte da saúde do sistema, mas como irritação a conter.

É isso a que chamo aqui o regime atmosférico.

A era Sócrates foi, em muitos aspectos, precisamente isso: não apenas um conjunto de políticas, nem apenas uma sequência de decisões más ou excessivas, mas a instalação progressiva de um clima. Um modo de habitar o poder. Uma temperatura moral. Uma pressão difusa sobre o Estado, os media, a administração, os círculos económicos e a própria vida pública. O socratismo não se limitou a governar; moldou o ambiente. E quando o ambiente se altera, tudo o resto começa lentamente a reorganizar-se à volta dessa alteração.

Talvez este seja o aspecto mais difícil de provar em linguagem jurídica e o mais fácil de sentir em linguagem política. Porque o regime atmosférico não vive de um documento único, de uma ordem explícita ou de um decreto definitivo. Vive de sinais. De tons. De reacções. De silêncios. De formas de punição informal. De incentivos à conformidade. De gestos repetidos que, acumulados, ensinam a todos como se deve respirar para não entrar em conflito com o centro do poder.

Foi isso que aconteceu, em larga medida, naquele período.

O governo de José Sócrates cultivou uma relação particularmente agressiva com o escrutínio incómodo. Não se tratava apenas de discordar de críticas, o que seria normal e até saudável em democracia. Tratava-se de reagir muitas vezes como se a crítica fosse uma afronta ilegítima à própria autoridade moral do projecto governativo. O poder não parecia ver-se como objecto legítimo de dúvida persistente; parecia ver-se como portador de uma missão cuja contestação era, em si mesma, sintoma de atraso, má-fé ou ressentimento.

Esta atitude faz toda a diferença.

Quando um governo começa a encarar-se deste modo, transforma a sua relação com a sociedade. Já não se vê apenas como mandatário temporário; vê-se como intérprete superior da necessidade histórica. E quem se julga intérprete superior da necessidade histórica tende a olhar para a resistência como ruído, não como liberdade. A partir daí, o clima muda. O contraditório deixa de ser parceiro institucional da democracia e passa a ser percebido como empecilho ao progresso. Os jornalistas incómodos deixam de ser vistos como observadores livres e passam a ser tratados como actores hostis. Os técnicos independentes tornam-se maçadores. Os reguladores demasiado autónomos passam a parecer disfuncionais. As vozes dissonantes, mesmo dentro do aparelho, começam a ser lidas como focos de perturbação.

É assim que um regime atmosférico se instala: não pela extinção formal da pluralidade, mas pela desvalorização moral de quem a exerce.

O socratismo foi particularmente eficaz nesta pedagogia do clima porque a revestiu com a linguagem da modernização. O governo não dizia apenas: “discordamos”. Sugeriu frequentemente algo mais fundo: “nós representamos o avanço, e aqueles que nos perturbam representam a lentidão do país”. Esta gramática era poderosa, porque transformava uma disputa política em hierarquia moral. O governo aparecia como futuro; os seus críticos, como passado. O centro do poder era energia; o contraditório, inércia. O comando era coragem; a reserva, cobardia.

Uma vez instalada esta divisão, o ambiente torna-se naturalmente mais opressivo, mesmo sem precisar de coerção aberta.

Quem trabalha dentro do Estado percebe rapidamente para onde sopra o vento. Quem ocupa lugares intermédios aprende o custo da autonomia excessiva. Quem depende de nomeações, promoções, validações e circulação institucional percebe que há uma temperatura política aconselhável. E em Portugal, onde a cultura de confronto cívico é fraca e a inclinação para a adaptação é grande, estes sinais produzem efeitos rápidos. Não é preciso ameaçar muito. Basta que todos compreendam o que convém.

Esta compreensão difusa é uma das marcas do regime atmosférico. Não há uma ordem escrita a dizer “alinhem-se”. Há antes uma sucessão de experiências que ensinam a prudência táctica. Vê-se quem sobe, quem desaparece, quem é promovido, quem é afastado, quem é convidado, quem deixa de ser ouvido. E, a partir daí, cada um faz as suas contas íntimas. A democracia continua a funcionar formalmente; mas o ar tornou-se menos respirável para a independência.

O mais perigoso neste processo é que ele produz conformidade sem precisar de violência.

As democracias modernas são especialmente vulneráveis a esta forma de degradação porque vivem muito de reputação, ambiente e rede. Não é necessário dissolver instituições para as enfraquecer. Basta criar um clima em que a sua autonomia seja desconfortável. Não é preciso impor censura para reduzir a liberdade efectiva. Basta tornar a crítica suficientemente cara, cansativa ou isolada. Não é preciso punir todos os dissidentes. Basta punir ou desvalorizar alguns, para que os outros aprendam.

Foi esta aprendizagem que marcou a era Sócrates.

Havia uma tensão contínua entre a promessa de modernidade e a prática do poder. O regime queria parecer europeu, tecnocrático, racional, reformista. Mas respirava muitas vezes como um poder nervoso, centralizador e defensivo, incapaz de conviver serenamente com a autonomia dos outros. Essa contradição gerava precisamente o clima que importa descrever: um país formalmente livre, mas cada vez mais habituado a sentir que o centro político desejava não apenas governar, mas também disciplinar a atmosfera em volta.

O regime atmosférico manifesta-se também na linguagem. E a linguagem socratista foi decisiva. Era uma linguagem de comando, de urgência, de impaciência, de combate ao atraso, de desprezo pelo cepticismo. Não havia quase espaço para a humildade do governo falível. O tom dominante era o da convicção musculada. Ora, o tom é mais importante do que parece. O tom educa. Ensina a relação entre poder e sociedade. Se o tom é permanentemente de irritação contra a crítica, de dramatização contra o obstáculo e de superioridade sobre quem duvida, a sociedade vai assimilando a ideia de que há qualquer coisa de anómalo em resistir ao centro.

É assim que a democracia se vai tornando menos democrática sem deixar de parecer uma democracia.

Na verdade, talvez o termo mais exacto seja este: o socratismo produziu uma **compressão moral do espaço público**. Continuava a haver espaço, mas mais comprimido. Continuava a haver pluralidade, mas menos leve. Continuava a haver independência, mas mais cansada. Continuava a haver debate, mas mais marcado pela pressão atmosférica do poder. E essa compressão teve efeitos profundos, porque debilitou a capacidade do país para se defender a tempo do resto: da dívida, da promiscuidade, da captura, da ilusão modernizadora.

Quando o ar público se torna pesado, os alertas circulam pior.

Os técnicos falam, mas são menos ouvidos. Os jornalistas escrevem, mas enfrentam mais neblina. Os opositores criticam, mas parecem sempre periféricos face à máquina central da narrativa. Os próprios cidadãos, sentindo o ambiente, tornam-se mais receptivos ao argumento da inevitabilidade. “Talvez seja preciso que seja assim”, pensam muitos. “Talvez esta dureza faça parte da modernização.” É neste exacto momento que o regime atmosférico vence: quando consegue transformar a sua própria opressão difusa em sinal de eficiência.

Foi isso que o socratismo conseguiu durante bastante tempo.

A sua força não esteve apenas nas políticas, nem apenas nas maiorias, nem apenas na propaganda visível. Esteve na capacidade de saturar o espaço público com a sua presença, com a sua urgência, com a sua moralidade auto-atribuída. Esteve em fazer sentir que o país se movia dentro de uma única narrativa dominante e que resistir a essa narrativa era quase um luxo antiquado. O regime não precisava de provar todos os dias a sua superioridade; bastava que a sua atmosfera a sugerisse continuamente.

Mas toda a atmosfera política, por mais densa que seja, tem um inimigo implacável: a realidade.

Quando a realidade económica começou a romper a película do discurso, quando a dívida apertou, quando a crise externa pôs o país diante da sua fragilidade, quando as operações de influência e as redes de promiscuidade se tornaram mais visíveis, quando a assistência externa rebentou a ilusão de soberania sólida, então o regime atmosférico começou a desfazer-se. Não porque o poder tivesse recuperado subitamente modéstia, mas porque o real se tornou pesado de mais para continuar a caber na narrativa.

E é aqui que o clima revela toda a sua importância histórica. Um país com instituições mais livres interiormente, com cultura de escrutínio mais robusta e com menos compressão moral do espaço público teria talvez reagido mais cedo, mais fortemente, mais inteligentemente. O problema da era Sócrates é que a atmosfera que produziu atrasou a correcção. Fez o país viver demasiado tempo dentro de um ambiente onde a crítica parecia menos legítima do que o movimento, onde a prudência parecia menos nobre do que a aceleração, e onde o poder parecia demasiado grande para ser tratado com a severidade que merecia. É por isso que o regime atmosférico foi um dos pilares da queda.

Sem ele, talvez a dívida tivesse sido escrutinada mais cedo. Talvez as PPP tivessem sido mais disputadas. Talvez o Estado empresarial tivesse sido vigiado

com menos complacência. Talvez o caso PT/TVI tivesse gerado um sobressalto institucional mais profundo. Talvez o compadrio não tivesse respirado com tanta naturalidade. O clima não substitui os factos, mas altera a velocidade a que os factos produzem reacção. E nessa alteração de velocidade joga-se, muitas vezes, o destino de uma democracia.

A tragédia portuguesa foi esta: o país habituou-se ao ar.

Acostumou-se à agressividade do centro, à irritação contra a crítica, à concentração do poder, à moralização da discordância, ao ruído de combate permanente. Acostumou-se como se tudo isso fosse preço inevitável da modernização. E esse hábito é sempre o começo da decadência. Porque quando uma sociedade se habitua a respirar num ambiente menos livre, começa a perder a memória pulmonar da liberdade.

Talvez seja essa a expressão mais dura e mais exacta para descrever o período: Portugal perdeu, durante algum tempo, parte da sua memória pulmonar da liberdade. Continuou vivo, formalmente plural, externamente democrático. Mas já não respirava com a mesma amplitude. O ar passava, mas com mais peso. O poder ocupava mais espaço do que devia. E todos, de uma maneira ou de outra, sentiam isso.

Foi esta a verdadeira arquitectura invisível da era Sócrates. Não apenas um governo, nem apenas um conjunto de escândalos ou de desequilíbrios financeiros, mas uma alteração do clima democrático. Um regime atmosférico onde a centralidade do poder se tornava quase meteorologia nacional. Onde tudo parecia viver sob a mesma pressão. Onde até a independência tinha de aprender a proteger-se do vento.

E quando um país chega a esse ponto, já começou a pagar um preço que não cabe em nenhuma contabilidade.

A dívida pública pode medir-se.

A dívida atmosférica de uma democracia degradada, essa, sente-se nos pulmões da República.

PARTE IV — A QUEDA

Capítulo 11 — Quando a realidade bate à porta

Todo o regime assente em excesso de narrativa e insuficiência de estrutura vive na esperança íntima de que a realidade demore. Enquanto ela demora, o poder vai-se movendo como se fosse mais sólido do que é. Anuncia, avança, contrata, inaugura, centraliza, comunica, promete e combate os cépticos com a convicção de quem acredita que o tempo ainda lhe pertence. Mas chega sempre o momento em que a realidade bate à porta. E quando bate, não o faz com a elegância de um assessor, nem com o vocabulário almofadado dos comunicados oficiais. Bate com a dureza dos números, com a secura dos mercados, com a indiferença dos credores e com a brutalidade silenciosa daquilo que já não pode ser adiado.

Foi isso que começou a acontecer no final da era Sócrates.

Durante anos, o país viveu dentro da ilusão de que podia prolongar indefinidamente a distância entre a sua fragilidade estrutural e a sua ambição política. Havia défices, sim. Havia dívida, sim. Havia sinais de vulnerabilidade, também. Mas enquanto o crédito corria, enquanto a Europa parecia ainda capaz de manter uma narrativa comum de estabilidade, enquanto os mercados não separavam com ferocidade os mais frágeis dos mais robustos, Portugal conseguiu conservar a sensação de que o risco era abstracto e a margem ainda existia. Essa sensação foi um dos grandes álibis do regime.

O problema é que a história económica não tem qualquer simpatia por álibis.

A crise financeira internacional de 2008 abriu uma fenda profunda no edifício ocidental. De repente, o dinheiro deixou de parecer eterno, os mercados tornaram-se nervosos, a confiança passou a ser medida com mais severidade e a Europa periférica começou a ser vista não como paisagem exótica da moeda única, mas como território de fragilidade. Portugal, que já vivia sobre fundações gastas, entrou nessa nova era com as piores características possíveis: crescimento anémico, dependência externa, contas públicas débeis, Estado pesado, empresas públicas carregadas de compromissos, PPP asfixiantes e uma elite política habituada a vender confiança em vez de corrigir estrutura.

É aqui que a realidade começa verdadeiramente a aproximar-se.

Primeiro, como desconforto. Depois, como suspeita. Depois, como pressão. E por fim, como cerco.

Durante algum tempo, o regime tentou manter a postura. Era natural. Todo o poder que construiu a sua legitimidade sobre a ideia de movimento resiste o máximo possível ao reconhecimento da fragilidade. Admiti-la seria desfazer a própria mitologia. Seria dizer ao país que a modernização celebrada estava a assentar num chão rachado. Seria confessar que o impulso heroico da governação tinha, afinal, muito de voluntarismo financiado. Seria abandonar o papel de força histórica e aceitar o papel bem menos glorioso de gestor de limites.

Sócrates não era homem para esse papel.

A sua energia política dependia da manutenção de uma certa ficção de comando. Mesmo quando a tempestade se aproximava, o tom precisava de continuar a ser o da firmeza, da acusação aos pessimistas, da defesa do interesse nacional, da recusa em ceder à linguagem do pânico. Em abstracto, esta postura até poderia parecer corajosa. O problema é que, num contexto de fragilidade já avançada, ela deixava de ser coragem e passava a ser negação. E a negação é sempre o último luxo dos regimes em declínio.

Portugal foi assim sendo conduzido para o momento do choque como quem insiste em compor a gravata enquanto a casa já arde no piso de baixo.

A realidade económica começou a mostrar-se em toda a sua dureza. O financiamento tornou-se mais caro. A confiança dos investidores vacilou. O país passou a ser escrutinado com uma severidade nova. Os números deixaram de ser uma linguagem para especialistas e começaram a transformar-se em ameaça concreta à margem de manobra política. Aquilo que durante anos fora gerido como problema diferível entrou subitamente no tempo do presente. E é esta passagem que destrói as narrativas: quando o futuro adiado irrompe de uma vez no agora.

Durante muito tempo, Portugal vivera da crença de que a sua condição periférica era tolerável porque integrada numa Europa generosa, num euro protetor e num ambiente global que ainda aceitava diferenças de robustez com alguma complacência. Mas a crise da dívida soberana veio destruir essa complacência. Os países começaram a ser pesados, comparados, hierarquizados, temidos ou castigados. A pertença à moeda única deixou de ser escudo absoluto. E foi então que a verdade portuguesa apareceu sem ornamento: um país demasiado endividado, pouco produtivo, com défices persistentes e uma estrutura pública carregada de compromissos.

A realidade batera finalmente à porta. E desta vez não trazia agenda diplomática; trazia conta.

Há momentos na vida de uma nação em que a máscara já não pode ser recolocada. Este foi um deles. O governo continuava a falar, continuava a tentar administrar a narrativa, continuava a recusar a humilhação explícita do reconhecimento pleno da derrota. Mas a própria atmosfera mudara. Já não se tratava de convencer apenas o eleitorado; era preciso convencer os mercados, os credores, as instituições europeias, os parceiros externos e, no fundo, a matemática. E a matemática é o único adversário perante o qual a propaganda nunca dura muito.

Foi então que se tornou visível a verdadeira nudez do regime.

Não a nudez moral — essa já muitos a tinham intuído. Nem sequer a nudez política — essa aparecia nos episódios de compadrio, de centralização e de tentação de controlo. Não. O que se revelou agora foi a nudez estrutural. O país que se quisera apresentar como em marcha descobria-se sem robustez para sustentar a corrida. O Estado que exibira ambição revelava-se amarrado por compromissos. A modernização transformava-se em fragilidade exposta. A confiança cedia lugar à suspeita. O governo deixava de comandar o tempo e passava a ser perseguido por ele.

Há qualquer coisa de tragicamente clássico neste tipo de queda. O herói que sobe convencido da sua força encontra, no fim, não um inimigo externo singular, mas a verdade do seu próprio excesso. Sócrates quis governar como se o país pudesse ser puxado à força da vontade política para um patamar superior de modernidade. Quando a crise apertou, percebeu-se que a vontade política não abolira a insuficiência económica, apenas a disfarçara durante algum tempo. O regime, afinal, não era um motor acima da realidade; era uma encenação armada dentro dela.

A porta, entretanto, continuava a ser batida com mais força.

Os sinais de colapso deixaram de poder ser contidos no léxico habitual das dificuldades passageiras. A crise já não era apenas internacional, nem apenas financeira, nem apenas tema de comentário económico. Tornara-se crise portuguesa. Crise do regime. Crise da ilusão. A distância entre a retórica de força e a realidade de vulnerabilidade tornava-se, dia após dia, mais escandalosa. E quando essa distância se torna demasiado visível, nenhum governo a consegue preencher apenas com convicção verbal.

Foi aí que se começou a preparar a humilhação seguinte.

Mas antes dela houve ainda a fase típica de todo o colapso: a tentativa de manter de pé o edifício simbólico por mais algum tempo. Medidas foram anunciadas,

ajustes tentados, explicações dadas, responsabilidades repartidas com a crise global e com factores externos, como se o governo ainda pudesse evitar o reconhecimento pleno daquilo que se tornava inevitável. Havia algo de quase comovente, ainda que também irritante, nessa persistência. Era o poder a tentar salvar não apenas a sua governação, mas a sua própria autobiografia.

Porque se Sócrates cedesse demasiado cedo, teria de reconhecer que toda a narrativa da aceleração modernizadora desembocava agora num pedido de ajuda externa. Teria de admitir que o condutor do progresso estava afinal a conduzir o país à dependência. Teria de aceitar que o Estado musculado e ambicioso terminava de mão estendida perante credores internacionais. Para um regime feito de energia e orgulho, isto era quase ontologicamente insuportável.

Mas a realidade não pede licença à ontologia dos líderes.

Quando bate à porta, fá-lo com uma força que reduz o estilo à sua verdadeira proporção. E foi exactamente isso que aconteceu. O homem que quis representar a vontade decidida de um país em movimento começou a aparecer, aos olhos de muitos, como o rosto de uma ilusão esgotada. O poder que durante anos parecera agressivo e dominador começou a exhibir sinais de encurralamento. O centro político, antes tão seguro do seu papel histórico, passou a mover-se numa atmosfera de desgaste, incredulidade e perda crescente de legitimidade.

A nação começava finalmente a ver aquilo que durante demasiado tempo preferira não ver: o custo real da encenação.

Quando um país atinge este ponto, a dor já não é apenas económica. Torna-se também humilhação colectiva. Porque a queda desfaz não apenas contas, mas auto-imagens. Portugal percebeu, com atraso, que a modernização exibida não o tornara mais forte do que realmente era. Percebeu que não basta cobrir escolas de vidro, encher o discurso de tecnologia, multiplicar projectos e expandir compromissos para se construir robustez nacional. Percebeu que a distância entre parecer e ser pode ser financiada durante um tempo, mas não para sempre.

Foi uma lição dura. E, como todas as lições duras, veio tarde.

Talvez o mais perturbador seja isto: a realidade não destruiu apenas o governo. Destruiu o encanto. E o encanto era a matéria emocional com que o socratismo se alimentava. Sem ele, sobravam os números. E os números, quando finalmente se impõem, não deixam espaço para carisma, agressividade, marketing ou indignação coreografada. Dizem apenas: isto não fecha. Isto não aguenta. Isto não pode continuar assim.

Foi nesse momento que a era Sócrates entrou definitivamente na sua fase terminal.

A realidade batera à porta.

E, desta vez, já ninguém dentro de casa tinha argumentos suficientes para fingir que era apenas o vento.

Capítulo 12 — O resgate

Há humilhações que chegam aos povos como acidente exterior, como catástrofe vinda de fora, como golpe de azar histórico que interrompe um caminho promissor. E há humilhações que chegam como veredicto. O resgate de 2011 pertenceu, para Portugal, a esta segunda categoria. Não foi um meteorito. Não foi um azar puro. Não foi uma conspiração internacional contra a nossa felicidade doméstica. Foi, antes de mais, o momento em que a realidade financeira, política e institucional do país se condensou numa palavra que nenhum governo quer pronunciar: ajuda.

Ajuda externa. Assistência. Resgate.

Palavras frias, administrativas, quase elegantes na superfície, mas carregadas de uma violência moral devastadora. Porque por detrás delas está sempre a mesma verdade: um Estado perdeu margem suficiente para se governar sozinho nos termos em que imaginava poder fazê-lo.

Quando Portugal chegou a esse ponto, não caiu apenas um governo. Caiu uma narrativa inteira.

Durante anos, o socratismo apresentara-se como energia, modernização, liderança, comando e visão. De repente, toda essa encenação foi comprimida numa imagem nua e insuportável: o país a pedir socorro aos credores internacionais. A República, que se quisera mostrar em aceleração histórica, aparecia agora como devedora aflita. O poder que falara em futuro apresentava-se perante a troika com a biografia amachucada de quem gastara crédito político e crédito financeiro ao mesmo tempo.

O resgate foi, por isso, muito mais do que uma solução económica. Foi uma cena de revelação nacional.

Revelou que soberania sem solvência é ilusão. Revelou que um país pode ter bandeira, hino, eleições, governo e parlamento, e ainda assim descobrir que uma parte decisiva do seu destino já não cabe inteiramente nas suas mãos. Revelou que a autonomia política depende, em larga medida, da robustez financeira. E revelou, acima de tudo, que a distância entre propaganda modernizadora e capacidade real do Estado era muito maior do que muitos quiseram admitir até ao último instante.

Não há nesta matéria qualquer espaço sério para romantismos. O resgate foi uma forma de tutela. Ainda que juridicamente enquadrada, tecnicamente negociada e diplomaticamente adornada, era isso que estava em causa: Portugal aceitava submeter-se a condições externas em troca de financiamento. O país já não era

plenamente capaz de se sustentar nos mercados em termos aceitáveis. Já não bastava a palavra do governo. Já não bastava a pertença ao euro. Já não bastava o discurso da responsabilidade. Era preciso assinar um programa, aceitar condicionalidade, sujeitar-se a metas, cortes, reformas impostas e vigilância apertada.

Em termos históricos, esta é uma derrota sempre maior do que os seus gestores gostam de confessar.

Não admira, por isso, que o momento tenha sido rodeado de linguagem cautelosa, quase higiénica. A política tem horror à nudez dos seus fracassos e tenta sempre cobri-los com tecido técnico. Mas o cidadão comum percebeu a essência sem precisar de mergulhar em relatórios: o país batera no fundo da sua credibilidade financeira. A “ajuda” era, na verdade, a certidão de falência política de um ciclo.

Sócrates tentou resistir simbolicamente a esse reconhecimento até onde pôde. Era coerente com o personagem. O homem da energia e do combate não podia cair de joelhos sem antes esgotar o vocabulário da dignidade, da necessidade, da responsabilidade partilhada e das circunstâncias externas. Havia ainda, no discurso, a tentativa de manter de pé algum resto da autobiografia do regime. Como se fosse possível pedir resgate e, ao mesmo tempo, preservar intacta a ficção da governação forte.

Mas a História não é sensível a esse tipo de delicadezas.

Quando um país pede assistência, o veredicto já foi lavrado muito antes do comunicado.

O mais importante aqui é perceber que o resgate não apareceu do nada. Foi o ponto de chegada lógico de uma longa acumulação: défices persistentes, dívida crescente, Estado empresarial pesado, PPP onerosas, baixa produtividade, dependência externa, crescimento débil, promiscuidade entre política e economia, desvalorização da prudência e culto da aparência de movimento. A crise internacional e a crise soberana europeia agravaram tudo, sem dúvida. Mas o que decidiria o destino português foi a fragilidade com que entrou nessa tormenta.

Há uma tendência nacional para reescrever humilhações como se fossem essencialmente obra dos outros. É uma forma de autoprotecção psicológica. O estrangeiro, os mercados, a Alemanha, Bruxelas, a especulação, a crise global — todos servem como espelhos exteriores sobre os quais projectar a culpa principal. Mas esse conforto é intelectualmente pobre. O resgate foi possível porque

Portugal estava vulnerável. E estava vulnerável porque a governação da era Sócrates, em vez de corrigir estruturalmente essa vulnerabilidade, a revestiu de modernização e acelerou-a.

O drama do resgate está precisamente nesta ironia: foi o desfecho de um período que prometera o oposto.

A era Sócrates queria apresentar-se como libertação do atraso, afirmação de capacidade e salto histórico para a modernidade. Terminou com o país mais dependente, mais exposto e mais tutelado. Queria representar força; terminou em fragilidade. Queria representar soberania activa; desembocou em soberania condicionada. Queria fazer do governo o motor da transformação nacional; acabou por o transformar no rosto da rendição financeira.

Nada disto significa que o pedido de assistência não fosse, naquele momento, talvez inevitável. Em determinadas alturas da história, a inevitabilidade é apenas o nome técnico do fracasso consumado. E foi isso que se passou. A assistência podia já ser necessária para evitar um colapso ainda mais brutal, mas isso não a torna menos humilhante nem ilibta os responsáveis que conduziram o país até à necessidade dela.

O resgate é sempre a conta final da imprudência acumulada.

Além da humilhação externa, houve também a humilhação interna. O país viu-se a si próprio num espelho sem filtros. Viu a sua dependência. Viu a sua fragilidade estrutural. Viu a sua incapacidade de sustentar o Estado que imaginava poder ter. Viu a distância entre as palavras e as contas. Viu, sobretudo, como uma democracia pode ser conduzida durante anos por um poder autoconfiante e terminar mesmo assim na posição de quem já não consegue escolher livremente sem primeiro agradar a terceiros.

Esta ferida é talvez mais funda do que a económica. Porque toca no orgulho nacional. Toca na auto-imagem. Toca na ficção de autonomia que os países pequenos cultivam para não enlouquecerem diante da sua própria vulnerabilidade. Portugal percebeu então que não bastava dizer-se europeu, moderno, qualificado e ambicioso. Era preciso ser financeiramente sustentável. Sem isso, toda a conversa sobre soberania se torna retórica decorativa.

A troika entrou assim não apenas nos livros de contas, mas na psique nacional.

Passou a decidir ritmos, prioridades, reformas, cortes, metas e condicionamentos. Passou a existir uma gramática nova da vida pública: memorando, consolidação, ajustamento, défice, spread, metas trimestrais, avaliação, cumprimento. O país foi empurrado para um tempo de disciplina

imposta, uma pedagogia de dureza externa que muitos viveram como necessária, outros como humilhante e quase todos como penosa. E tudo isso nasceu da incapacidade anterior de governar com verdade suficiente.

É importante sublinhar uma coisa: o resgate não foi apenas a derrota de um homem ou de um partido. Foi também a falência de uma certa cultura portuguesa de governação. A cultura do improviso financiado, da ambição sem base, da obra sem prudência equivalente, do anúncio sem conta final, da promiscuidade entre poder e interesse, da tolerância social ao excesso enquanto a aparência se mantiver de pé. O socratismo foi a expressão mais concentrada dessa cultura, mas não a sua única origem. O resgate expôs, portanto, não apenas um regime, mas um país inteiro.

Daí o carácter quase pedagógico da humilhação.

Portugal foi obrigado a aprender, na linguagem mais dura, o que não quis aprender por prudência.

Foi obrigado a aprender que dívida pública não é retórica.

Que empresas públicas não são mundos à parte.

Que PPP não são truques mágicos.

Que propaganda não substitui produtividade.

Que centralização do poder não cria riqueza.

Que modernização estética não corrige fragilidade económica.

E que a soberania se perde muitas vezes antes de se notar, em pequenas cedências sucessivas ao conforto do crédito.

Sócrates saiu, mas o país ficou dentro da consequência.

Essa talvez seja a frase essencial deste capítulo. O poder político é efémero; as suas facturas, não. O primeiro-ministro cai, o governo muda, as caras desaparecem dos cartazes, os ministros são substituídos, os comentadores reorganizam a memória, os partidos reescrevem a sua relação com o passado. Mas o país fica. E o país ficou com a austeridade, com a compressão social, com a emigração forçada de muitos, com o cansaço colectivo, com a perda de confiança nas instituições e com uma marca profunda de humilhação democrática.

Porque o resgate não foi apenas financeiro. Foi um trauma de confiança.

Os portugueses perceberam que tinham sido conduzidos a um ponto de ruptura por um sistema político que prometera exactamente o contrário. E quando uma sociedade chega a essa conclusão, instala-se um dano que não é simples de curar. A partir daí, toda a palavra pública perde brilho. Toda a promessa de modernização passa a soar a publicidade. Toda a confiança no Estado fica tocada

por cepticismo. O cidadão começa a ouvir o poder não como horizonte, mas como risco. Essa corrosão invisível é uma das heranças mais pesadas da era Sócrates.

Talvez por isso o resgate tenha ficado inscrito na memória portuguesa não apenas como episódio económico, mas como julgamento moral de uma época. A questão nunca foi apenas a de saber quantos milhares de milhões foram mobilizados, quantas metas foram definidas ou quantas reformas foram impostas. A questão foi sempre mais funda: como foi possível que um governo tão seguro de si, tão agressivo na sua narrativa e tão fértil em promessas de modernidade conduzisse o país a esta espécie de bancarrota moral diante da Europa?

A resposta está espalhada por todos os capítulos anteriores: dívida como método, Estado empresarial como reino paralelo, PPP como adiamento institucionalizado, obra como estética de poder, compadrio como atmosfera e tentação de controlo como sintoma. O resgate não caiu sobre esse edifício; foi produzido por ele.

Foi o instante em que a grande ilusão perdeu o seu último álibi.

E há nisto uma crueldade histórica quase perfeita. O homem que se apresentara como comandante da modernização deixou o país dependente de terceiros para sobreviver financeiramente. O regime que mais falara em transformação nacional terminou por confirmar, da forma mais amarga, a velha fragilidade portuguesa: a incapacidade de distinguir ambição séria de ficção financiada.

O resgate foi essa linha vermelha.

O momento em que Portugal descobriu que a conta já não podia ser discutida apenas em casa, porque a casa, na verdade, já estava hipotecada há muito tempo.

Capítulo 13 — O preço pago por uma geração

Os regimes caem quase sempre sobre os que menos decidiram. Esta é uma das injustiças mais constantes da história política: os erros, as ilusões, os desvarios e as cobardias das elites acabam por ser pagos, não por quem os arquitectou, mas por quem teve apenas de viver dentro deles. A era Sócrates não fugiu a esta lei cruel. Quando a grande ilusão rebentou e o país entrou no tempo da austeridade, do ajustamento e da disciplina imposta, o preço não recaiu sobretudo sobre os que haviam governado em nome da modernização acelerada. Recaiu sobre uma geração inteira — e, em certos aspectos, sobre mais do que uma.

Foi esse o lado mais brutal do resgate: o seu carácter transgeracional.

A partir do momento em que Portugal entrou sob assistência externa, o debate público mudou de eixo. Já não se discutia como acelerar a transformação nacional; discutia-se como sobreviver ao colapso sem destruir por completo o corpo social. O vocabulário da ambição foi substituído pelo vocabulário da amputação. Cortes, congelamentos, austeridade, metas, consolidação, desemprego, emigração, falências, compressão salarial, impostos, sacrifícios. O país que durante anos se ouvira dizer que estava em marcha foi subitamente ensinado a caminhar para trás para não cair do penhasco.

Mas o que significa, na vida concreta, que uma geração pague o preço?

Significa, antes de mais, tempo roubado. Anos que poderiam ter sido de construção, de investimento pessoal, de estabilidade, de criação de família, de acumulação profissional e de confiança no futuro foram transformados em anos de contenção, angústia, cálculo e sobrevivência. Os jovens que deviam ter encontrado um país mais aberto descobriram um país fechado sobre si, nervoso, emagrecido e sem margem. Muitos não viram aqui futuro e fizeram as malas. Outros ficaram, mas aprenderam cedo a viver com menos do que esperavam. Outros ainda ficaram suspensos numa espécie de limbo social: nem plenamente integrados, nem capazes de partir, nem confiantes no amanhã.

A emigração foi talvez a imagem mais cruel desse preço geracional.

Porque quando um país expulsa ou empurra, mesmo sem decreto, parte da sua juventude qualificada e não qualificada, está a confessar um fracasso de fundo. Não se tratava apenas de mobilidade europeia, como alguns gostavam de adoçar o fenómeno com linguagem de cosmopolitismo tardio. Tratava-se, em muitos casos, de exílio económico. De fuga por necessidade. De saída por ausência de chão. Portugal, depois de ter vendido durante anos a imagem de modernização

interna, passou a oferecer como solução prática a exportação dos seus próprios filhos.

Há qualquer coisa de obscenamente irónico nisto.

O regime que prometera futuro entregou mobilidade forçada.

A modernização acabou a embarcar gente em vez de a fixar.

Mas o preço não foi pago apenas pelos jovens. Foi pago por trabalhadores em idade madura que viram salários comprimidos, carreiras congeladas, empresas encerrar, contratos evaporar e horizontes estreitarem-se. Foi pago por pensionistas chamados a financiar, com cortes e incerteza, a ressaca de uma festa que não haviam organizado. Foi pago por funcionários públicos transformados em alvo preferencial de um ajustamento que não distinguia adequadamente entre responsabilidade sistémica e mera posição administrativa. Foi pago por famílias inteiras empurradas para estratégias de resistência miúda: cortar aqui, adiar ali, renunciar acolá, recalcular todos os meses a sobrevivência com a humildade amarga de quem percebe que o país entrou em regime de escassez moral.

A austeridade, convém dizê-lo, não foi apenas um conjunto de medidas económicas. Foi uma pedagogia violenta.

Ensinou os portugueses, pela dor, que a política tem consequências materiais até ao tutano da vida quotidiana. Ensinou que a dívida pública se transforma em angústia privada. Ensinou que a irresponsabilidade das elites pode reaparecer anos depois no frigorífico vazio, na renda difícil, no emprego perdido, na ida cancelada ao médico, na propina pesada, no filho emigrado, no casal que adia a vida, no comerciante que fecha a porta. A austeridade teve rostos. Teve ruas. Teve famílias. Teve lágrimas silenciosas. O seu erro mais cruel foi fazer cair sobre os mais comuns a penitência do que fora decidido em círculos muito menos comuns.

É por isso que não basta descrever o período em termos de rácios, défices, spreads e programas de ajustamento. Tudo isso é real, claro, e indispensável para compreender o mecanismo. Mas um país não sofre apenas em percentagens. Sofre em biografias interrompidas. Em confiança corroída. Em energia cívica sugada. Em humilhação quotidiana. E foi isso que uma geração, e em parte duas, teve de atravessar.

O custo foi também psicológico.

Portugal tornou-se, durante largos anos, um país mais pequeno por dentro. Não apenas mais pobre, mas mais desconfiado, mais ansioso, mais defensivo. A crença no progresso enfraqueceu. A fé nas promessas públicas ficou ferida. O

discurso político passou a ser escutado com um filtro novo de cinismo. Os portugueses aprenderam, talvez com atraso, a desconfiar do excesso de entusiasmo governativo, das narrativas grandiosas, dos vendedores de futuro. E embora esta desconfiança tenha um lado saudável, porque protege contra novas ilusões, teve também um preço enorme: desgastou o vínculo entre cidadania e esperança pública.

Um país sem esperança racional torna-se facilmente um país de sobrevivência.

E a sobrevivência, por mais digna que seja, não substitui o horizonte. Durante os anos que se seguiram ao resgate, Portugal viveu muito assim: menos como comunidade orientada por projecto, mais como sociedade ocupada em suportar danos. O futuro deixou de ser promessa para passar a ser problema. E isso marcou profundamente a experiência de toda uma geração que devia ter herdado um país menos vulnerável, mais sólido, mais fiável e mais honesto consigo mesmo.

Mas houve ainda outra dimensão do preço: a moral.

Quando uma geração percebe que vai pagar durante anos pelos erros de uma elite que raramente assume verdadeiramente a gravidade do que fez, instala-se uma espécie de ressentimento cívico surdo. Não é revolução, não é ruptura aberta, não é sequer sempre militância. É uma erosão mais discreta: a sensação de que o sistema não responde simetricamente ao dano que produz. Que os decisores sobrevivem mais facilmente do que os afectados. Que a responsabilidade é sempre repartida para baixo e raramente assumida para cima. Que os que erraram em grande continuam a circular, comentar, reescrever a sua biografia, enquanto os que sofreram em pequeno ficam apenas com a vida encolhida.

Essa assimetria é devastadora para uma democracia.

Porque uma democracia vive não apenas de liberdade formal, mas da percepção mínima de justiça moral entre governantes e governados. E a era Sócrates, seguida da austeridade, deixou precisamente a impressão contrária: os do topo arriscam em nome do país, falham e dispersam-se; os de baixo herdam a factura e reorganizam a vida como podem. Não admira que, a partir daí, tantos cidadãos tenham passado a olhar para a política com um misto de cepticismo, fadiga e irritação profunda.

Talvez o mais grave seja que o preço pago por essa geração não terminou quando acabaram os anos mais violentos do ajustamento. As consequências continuaram a irradiar-se. Carreiras adiadas não se recuperam facilmente. Filhos que cresceram noutros países nem sempre voltam. Empresas fechadas não

ressuscitam por encanto. Confiança quebrada não se recompõe com uma conferência de imprensa. Uma década comprimida deixa marcas de longa duração. E essas marcas são, em larga medida, parte da herança real da era Sócrates.

É por isso que este capítulo não deve ser lido apenas como apêndice social da crise. Ele é central. Porque a verdadeira medida de uma governação não está apenas nos seus discursos, nas suas obras ou nos seus indicadores de curto prazo. Está na qualidade de país que deixa para os que vêm a seguir. E nesse critério essencial, a era Sócrates falhou de modo profundo. Não deixou uma geração mais confiante; deixou-a mais vulnerável. Não deixou um país mais robusto; deixou-o mais condicionado. Não deixou liberdade acrescida; deixou a experiência amarga de uma soberania mutilada e de uma sociedade forçada a pagar durante anos o preço da ficção política anterior.

Há aqui uma crueldade quase literária. A geração que cresceu a ouvir falar de modernização, qualificação, futuro, mobilidade, tecnologia e transformação acabou a viver exactamente o reverso dessa promessa: precariedade, emigração, compressão, medo, lentidão e ressaca. Poucas ironias históricas são tão violentas como esta. O mesmo discurso que lhes vendia amanhã ajudou a roubar-lhes o presente.

E no entanto, como tantas vezes em Portugal, a dor foi vivida com contenção triste e não com acerto de contas profundo. O país sofreu, adaptou-se, recalculou, partiu, ficou, aguentou. Mas não julgou verdadeiramente. Não julgou politicamente com a severidade que a dimensão da factura exigia. Não fez da memória do dano uma escola de vigilância suficientemente dura. E talvez seja essa a razão pela qual continua tão vulnerável ao regresso cíclico das ilusões: porque transforma rapidamente o sofrimento em hábito e o hábito em esquecimento administrado.

Mas quem pagou não esquece da mesma maneira.

Os que emigraram não esquecem o modo como partiram.

Os que perderam rendimentos não esquecem a compressão.

Os que adiaram a vida não esquecem os anos roubados.

Os que enterraram expectativas não esquecem a frieza com que lhes pediram sacrifício em nome da inevitabilidade.

E os que viram o país prometer grandeza e entregar ajustamento ficaram com uma cicatriz que nenhuma reinterpretação posterior apaga.

É essa cicatriz que este capítulo quer fixar. Porque sem ela, a história da era Sócrates fica incompleta. Fica técnica demais, política demais, abstracta demais. E o problema nunca foi apenas o regime ter falhado nas contas. O problema foi esse falhanço ter entrado nos ossos de uma geração inteira.

No fundo, foi isto:

um governo viveu acima da robustez do país,
e uma geração viveu depois abaixo daquilo que o país lhe devia.

Esse é o verdadeiro balanço moral do período.

O preço não foi pago apenas em euros, em défices ou em relatórios.

Foi pago em tempo humano.

E não há moeda mais cara do que essa.

PARTE V — A SOMBRA LONGA

Capítulo 14 — A Operação Marquês e a ruína da confiança

Há escândalos que mancham governos. E há processos que mancham épocas inteiras. A Operação Marquês pertence a esta segunda categoria. Não apenas pela sua dimensão, pela notoriedade das figuras envolvidas ou pela morosidade quase barroca que a acompanhou, mas porque se tornou, aos olhos do país, o grande espelho sombrio da era Sócrates. O processo arrastou para a praça pública não só suspeitas criminais gravíssimas, mas algo talvez ainda mais devastador: a sensação de que o sistema político português tinha produzido um ambiente onde a promiscuidade entre poder, dinheiro, influência e Estado podia ter atingido uma escala quase sistémica.

Importa começar com rigor, porque a seriedade deste capítulo depende dessa disciplina. José Sócrates foi acusado pelo Ministério Público em 2017, no âmbito da Operação Marquês, por crimes de corrupção passiva de titular de cargo político, branqueamento de capitais, falsificação de documento e fraude fiscal qualificada. Segundo a acusação, os factos investigados situavam-se entre 2006 e 2015 e envolviam alegadas vantagens relacionadas com o Grupo Lena, o Grupo Espírito Santo, a Portugal Telecom e o caso Vale do Lobo/CGD. O DCIAP afirmou então que estavam em causa montantes acumulados na Suíça superiores a 24 milhões de euros, canalizados por contas de terceiros e usados em benefício de Sócrates, tese que o ex-primeiro-ministro sempre negou.

Mas a história judicial do processo foi tudo menos linear. Em 2021, o juiz de instrução Ivo Rosa afastou grande parte das acusações de corrupção e fraude fiscal, considerando várias imputações fracas, inconsistentes, insuficientemente sustentadas ou já atingidas por prazos de prescrição, deixando então de pé apenas acusações mais limitadas, incluindo branqueamento e falsificação. Contudo, esse quadro alterou-se depois e, em Julho de 2025, a Reuters reportou que Sócrates foi a julgamento por 22 acusações, entre elas corrupção passiva, branqueamento de capitais e fraude fiscal, depois de acusações antes afastadas terem sido repostas. À data dessa informação, Sócrates negava todas as imputações.

Esta distinção é crucial. Politicamente, a Operação Marquês é um desastre histórico para o legado de José Sócrates. Juridicamente, continua a existir a diferença essencial entre acusação, julgamento e condenação definitiva. É justamente essa diferença que torna o caso ao mesmo tempo tão explosivo e tão corrosivo: mesmo antes de qualquer desfecho final transitado em julgado, o país

foi confrontado com um retrato penal possível do poder que tinha exercido durante anos a chefia do Governo. E quando esse retrato inclui alegadas relações com grandes grupos económicos, contas no estrangeiro, intermediários, branqueamento e corrupção enquanto titular de cargo político, a confiança pública já sai devastada, mesmo que o processo ainda caminhe.

A grande tragédia da Operação Marquês não está apenas no que poderá vir a ser provado em tribunal. Está também naquilo que revelou sobre a vulnerabilidade moral da República. O antigo primeiro-ministro de Portugal foi detido em Novembro de 2014, no aeroporto de Lisboa, num processo descrito pela Reuters como a maior investigação de corrupção da história do país. Esse simples facto teve um peso simbólico sísmico: pela primeira vez, um ex-chefe de governo socialista, que se apresentara como rosto da modernização nacional, surgia associado ao maior inquérito de corrupção português.

Uma democracia pode sobreviver a maus governos. Pode sobreviver a crises financeiras. Pode até sobreviver a ciclos de mediocridade administrativa. O que lhe custa mais é sobreviver à erosão da crença mínima de que o topo do Estado respeita limites morais elementares. A Operação Marquês caiu precisamente sobre esse nervo. Não expôs apenas um homem à suspeita criminal; expôs todo um país ao espelho da sua ingenuidade, da sua complacência e da sua lentidão em perceber até onde podia ter ido a promiscuidade entre política e dinheiro.

O Ministério Público sustentou, na acusação de 2017, que José Sócrates, enquanto primeiro-ministro e depois de cessar funções, teria favorecido interesses do Grupo Lena, recebido vantagens relacionadas com a estratégia do Grupo Espírito Santo para a Portugal Telecom e beneficiado de pagamentos ligados ao caso Vale do Lobo/CGD, com intermediação de Carlos Santos Silva e outros arguidos. O processo inclui também outras figuras de enorme peso público e empresarial, como Ricardo Salgado, Henrique Granadeiro, Zeinal Bava, Armando Vara e Carlos Santos Silva, todos mencionados na acusação do DCIAP, em termos e graus diversos, e todos integrados no retrato de uma teia financeira e relacional altamente complexa.

Convém, porém, dizer uma verdade desconfortável: mesmo que parte das acusações venha a não ser confirmada em julgamento, mesmo que a prova penal final não sustente toda a arquitectura inicialmente desenhada pela acusação, o dano histórico já foi produzido. Porque a Operação Marquês funcionou como revelação atmosférica. Trouxe para o centro aquilo que durante anos pairara em murmúrio: a suspeita de que o socratismo não era apenas um regime da dívida e da propaganda, mas também um ambiente onde a proximidade entre o poder

executivo e grandes interesses financeiros podia ter ultrapassado o limiar do tolerável.

É isso que arruína a confiança. Não apenas o crime provado, mas a plausibilidade do crime à escala do poder.

Quando um antigo chefe de governo é acusado de ter recebido vantagens através de contas de terceiros e circuitos no estrangeiro, de ter beneficiado de pagamentos associados a grupos empresariais interessados em decisões públicas, e de ter mantido uma relação funcional com intermediários usados para dissimular fluxos financeiros, o país entra inevitavelmente numa zona de escuridão moral. Essa zona não depende apenas da sentença final. Depende do que o processo torna imaginável. E a imaginação pública, uma vez contaminada por estas hipóteses verosímeis, nunca regressa à inocência anterior.

Portugal já vinha ferido do resgate, da austeridade, do desemprego e da emigração. A Operação Marquês acrescentou a esse sofrimento uma dimensão particularmente corrosiva: a suspeita de que a mesma elite que conduzira o país para a humilhação externa podia ter estado, ao mesmo tempo, mergulhada numa promiscuidade financeira de alta voltagem. A conjugação destas duas narrativas — a falência política e a suspeita penal — foi devastadora. Transformou José Sócrates não apenas no ex-primeiro-ministro de um colapso, mas no símbolo máximo da degradação ética possível de um regime.

Talvez o mais inquietante seja que o caso Marquês não foi lido pelos portugueses como um raio em céu limpo. Pelo contrário: foi lido como culminação plausível de um ambiente já saturado de compadrio, arrogância de poder, centralização, redes de influência e proximidade excessiva entre Estado e interesses estratégicos. A força simbólica do processo nasceu justamente dessa coerência com o retrato anterior da época. Se Sócrates tivesse governado num ambiente de sobriedade republicana exemplar, a acusação teria soado mais improvável. O problema é que ela se encaixou demasiado bem no imaginário político que o período deixara.

É por isso que a Operação Marquês não pode ser tratada apenas como assunto judicial. É também um documento histórico, ainda que imperfeito e em aberto. Mostra até onde o país podia ter chegado na degradação das suas elites. Mostra como a captura atmosférica do Estado por um regime de poder pode abrir caminho à plausibilidade de crimes de colarinho branco no topo da hierarquia. Mostra, ainda, como a lentidão da justiça portuguesa agrava a corrosão cívica: o processo arrastou-se durante anos, com reviravoltas, decisões contraditórias, suspeitas públicas, interrupções e recomeços, tornando-se ele próprio símbolo de

um sistema judicial incapaz de dar respostas rápidas em matérias de gravidade extraordinária.

A morosidade não é detalhe técnico. É parte do dano. Quanto mais um processo desta magnitude se arrasta, mais a confiança pública se desagrega. Uns concluem que tudo acabará em nada. Outros concluem que tudo está provado antes de tempo. Quase todos concluem que a justiça democrática é lenta de mais para acompanhar a escala moral dos crimes de poder. E assim a República perde de duas formas ao mesmo tempo: perde se houve corrupção no topo; perde também se não consegue julgá-la com clareza, rapidez e autoridade suficiente.

No caso Sócrates, essa perda foi ampliada pela sua importância política anterior. Não estamos perante um ministro periférico nem perante um gestor obscuro de empresa pública. Estamos perante um antigo primeiro-ministro, líder de partido, rosto de um ciclo histórico, figura central de uma narrativa de modernização nacional. Quando um homem com esse passado entra no banco dos réus sob acusações de corrupção e branqueamento, a própria ideia de governar fica tocada por suspeição. Não apenas o seu nome, mas a própria memória do poder que exerceu.

A ruína da confiança é isto: um país deixar de conseguir separar inteiramente governo de suspeita.

No fundo, a Operação Marquês fez ao legado de Sócrates aquilo que a crise da dívida fizera à sua narrativa de modernização: arrancou-lhe a fachada. Primeiro caiu a fachada económica. Depois caiu a fachada moral. E um político pode talvez sobreviver a uma delas; dificilmente sobrevive às duas no juízo longo da história.

Mas importa ir ainda mais fundo. O processo atingiu não apenas Sócrates, mas também o Partido Socialista e, por extensão, a cultura política que o alimentou. Porque um líder desta escala não é um acidente isolado. Foi promovido, defendido, protegido, celebrado e apresentado como rosto do progresso por uma máquina partidária inteira. A Operação Marquês tornou impossível fingir que o socratismo era apenas uma divergência de estilo ou um excesso de temperamento. Passou a pairar sobre ele a suspeita de que talvez tivesse sido também, ou em parte, um modelo de poder estruturalmente compatível com corrupção de alto nível.

Daí a sua força histórica. Não é apenas um processo contra José Sócrates. É um processo contra uma época, uma cultura de poder e uma certa ideia de modernização sem carácter.

Nada disto obriga, repete-se, a condenar penalmente antes da sentença final. Mas obriga a uma condenação política e moral muito mais severa do que aquela que Portugal fez. Obriga a reconhecer que a mera possibilidade credível de um antigo primeiro-ministro ter usado o Estado, os seus contactos e a sua função para benefício corrupto já constitui um fracasso nacional de primeira ordem. Obriga também a reconhecer que o país foi talvez demasiado lento a perceber o tipo de regime moral que estava a tolerar.

O verdadeiro legado da Operação Marquês é, portanto, duplo. Por um lado, a investigação e o julgamento de factos gravíssimos, cuja verdade final cabe aos tribunais estabelecer. Por outro, a instalação de uma memória colectiva irremediável: a de que a era Sócrates já não pode ser narrada apenas em termos de modernização, reformas, obras e crise financeira. Tem de ser narrada também à luz da suspeita penal mais pesada que alguma vez caiu sobre um antigo primeiro-ministro português.

Essa memória já não sai da história do país.

E talvez esta seja a frase mais dura de todas: mesmo que José Sócrates viesse a escapar penalmente de parte substancial da acusação, o socratismo já foi condenado no tribunal da confiança pública. Não porque a justiça mediática deva substituir a justiça legal, mas porque certas revelações, certas plausibilidades e certas teias de suspeita deixam uma cicatriz que nenhum acórdão apaga totalmente. A História, ao contrário dos tribunais, não exige o mesmo tipo de prova para formular o seu juízo moral.

A Operação Marquês foi isso:

o momento em que a era Sócrates deixou de ser apenas lembrada como falhanço político

e passou a ser inscrita como hipótese extrema de degradação ética no coração do Estado.

Foi então que a confiança pública, já ferida pela dívida e pelo resgate, sofreu a sua mutilação mais profunda.

Porque um país pode perdoar a incompetência por fraqueza.

O que nunca perdoadamente é a suspeita de ter sido governado por quem, além de falhar, talvez tenha querido lucrar com o próprio poder.

Capítulo 15 — O partido que nunca quis olhar para trás

Há partidos que caem com os seus líderes e aprendem alguma coisa com a queda. E há partidos que sobrevivem aos seus desastres à custa de uma operação mais subtil: amputam a memória, isolam o cadáver político, tratam o passado como corpo estranho e prosseguem como se a história tivesse sido apenas um acidente menor num percurso essencialmente virtuoso. O Partido Socialista, no que toca à era Sócrates, escolheu quase sempre esta segunda via.

Talvez resida aqui uma das maiores indecências morais da política portuguesa recente.

Porque o mais grave da era Sócrates não foi apenas o colapso financeiro, o pedido de resgate, o peso esmagador da dívida, a promiscuidade entre poder e interesses, a degradação do ambiente republicano ou, mais tarde, a sombra penal da Operação Marquês. O mais grave foi também a incapacidade — ou, pior, a recusa deliberada — do partido que o produziu, o promoveu, o celebrou e o carregou ao colo de assumir a dimensão histórica do desastre. José Sócrates não foi um meteoro caído sobre o Largo do Rato vindo de um planeta desconhecido. Foi um produto político fabricado, legitimado e glorificado pelo PS.

É essa a verdade que o partido nunca quis olhar de frente.

José Sócrates foi secretário-geral do PS, conduziu o partido à vitória eleitoral e foi primeiro-ministro entre 2005 e 2011. Mais tarde, já fora do poder, viria a ser acusado no âmbito da Operação Marquês e, segundo a Reuters, foi levado a julgamento em 2025 por 22 acusações, incluindo corrupção passiva, branqueamento de capitais e fraude fiscal, acusações que ele nega. Estes factos não pertencem a uma nota de rodapé da vida política portuguesa; pertencem ao coração de uma era e ao coração do próprio PS. ([reuters.com](https://www.reuters.com))

Mas o comportamento do partido, ao longo dos anos, foi quase sempre o da fuga. Não uma fuga histórica, mas a mais portuguesa de todas: a fuga pela névoa. Nunca houve um verdadeiro acto político de contrição. Nunca houve uma autópsia moral séria do socratismo. Nunca houve um congresso de verdade histórica em que o PS dissesse ao país, com frontalidade, algo parecido com isto: “sim, este homem foi nosso; sim, este modelo de governação teve consequências devastadoras; sim, falhámos como partido ao não termos visto, ou ao termos tolerado, ou ao termos promovido, aquilo que hoje se revela como uma das páginas mais negras da democracia portuguesa”.

Nada disso aconteceu.

Em vez de assumir, o partido preferiu separar. Em vez de julgar, preferiu descolar. Em vez de olhar para trás, preferiu administrar o esquecimento. O socratismo foi sendo tratado como problema individual, como desvio biográfico, como nome incómodo a manter na cave da narrativa oficial. O PS fez o que muitas máquinas partidárias fazem quando confrontadas com um passado tóxico: reescreveu a sua relação com esse passado sem nunca o enfrentar abertamente.

Esta é uma forma de cobardia muito mais funda do que parece.

Porque um partido não se mede apenas pelo que faz quando está em ascensão. Mede-se sobretudo pelo modo como lida com os seus próprios monstros. Se um partido é incapaz de julgar os seus erros estruturais, então não aprendeu nada com eles. Se é incapaz de reconhecer a gravidade da criatura que ergueu, então continua a viver, por dentro, com a mesma matéria moral que tornou essa criatura possível. E foi precisamente isso que o PS mostrou: não um arrependimento digno, mas uma gestão táctica da vergonha.

A vergonha, aliás, nunca foi assumida como tal. Foi apenas neutralizada.

Quando o escândalo judicial de Sócrates ganhou corpo, quando o seu nome se tornou sinónimo nacional de degradação política e suspeita penal, o PS não fez o exame de consciência que seria exigível a um partido minimamente saudável. Não convocou uma reflexão profunda sobre o ciclo 2005-2011. Não tratou o resgate como uma falência histórica do seu modelo de poder. Não declarou, de forma clara e moralmente inteligível, que a governação de Sócrates fora não apenas um erro táctico ou conjuntural, mas uma ofensa duradoura ao país.

Preferiu o método mais cómodo: o da dissociação silenciosa.

É importante perceber o que isto significa. A dissociação não é inocência. É uma tecnologia de sobrevivência partidária. O partido conserva a continuidade do poder, da militância, da máquina, dos quadros e da respeitabilidade pública, enquanto vai empurrando para fora do quadro o elemento tóxico de que antes beneficiou largamente. É quase um ritual de purificação sem confissão. Como se a mera passagem do tempo bastasse para dissolver a responsabilidade histórica.

Mas não dissolve.

Porque José Sócrates não foi apenas secretário-geral do PS; foi a sua encarnação mais triunfante durante um período decisivo. A máquina partidária vibrou com ele, protegeu-o, legitimou-o e viveu do seu sucesso. Muitos dos que depois se quiseram mostrar distantes estiveram então próximos. Muitos dos que mais tarde insinuaram desconforto participaram antes na liturgia da celebração.

Muitos dos que se vieram refugiar na prudência retrospectiva tinham, no auge, a coragem expansiva dos convertidos à inevitabilidade do líder.

Esse é o problema central: o socratismo não foi uma anomalia externa ao PS. Foi um momento de verdade do PS.

Foi o momento em que o partido mostrou, de forma concentrada, vários dos seus vícios mais profundos: a inclinação para o centralismo, a tolerância à promiscuidade entre política e aparelho, a facilidade em confundir modernização com dirigismo, a propensão para proteger os seus até ao limite da decência, a dificuldade em aceitar escrutínio moral severo quando o poder ainda compensa. Tratar Sócrates como acidente isolado é, por isso, intelectualmente falso e politicamente conveniente.

A verdade mais dura é outra: Sócrates foi possível porque o PS era compatível com ele.

Talvez seja por isso que o partido nunca quis olhar para trás com verdadeira honestidade. Porque fazê-lo implicaria não apenas julgar um homem, mas pôr em causa a sua própria cultura interna. Implicaria perguntar como foi possível que aquele tipo de liderança se tornasse hegemónico. Implicaria interrogar os mecanismos de promoção, de fidelidade, de aplauso e de cegueira que o partido mobilizou. Implicaria reconhecer que a degradação não começou no aeroporto onde Sócrates foi detido, nem nas acusações formais do DCIAP, nem sequer no pedido de resgate. Começou muito antes, dentro do próprio partido, no momento em que a máquina decidiu que o brilho da força compensava a penumbra moral do método. (dciap.ministeriopublico.pt)

Mas os partidos raramente fazem esse tipo de arqueologia íntima. Preferem a política de superfície. O PS preferiu, assim, o velho expediente da amnésia funcional. Não negar inteiramente, porque isso seria grotesco. Não assumir inteiramente, porque isso seria doloroso. Apenas deixar passar. Esperar que os anos sedimentem o esquecimento, que novas lideranças reocupem o espaço, que a memória pública se canse, que os escândalos envelheçam, que a crise se reinterprete à luz de factores externos, que a Justiça se arraste o suficiente para dissolver a urgência moral.

É uma estratégia eficaz em termos tácticos. É miserável em termos republicanos.

Porque a República precisa de partidos capazes de se julgarem a si mesmos. Precisa de formações políticas que, perante um desastre desta magnitude, mostrem mais do que instinto de sobrevivência. Mostrem carácter. Mostrem capacidade de nomear o mal quando ele foi produzido dentro de casa. Mostrem

alguma grandeza na derrota moral. O PS não mostrou isso. Mostrou apenas a prudência covarde de quem quer continuar a governar sem carregar demasiado visivelmente o peso do passado.

Essa recusa tem um custo público enorme.

Ao não fazer um verdadeiro acerto de contas com a era Sócrates, o PS ensinou ao país uma lição perversa: que mesmo os maiores desastres políticos e morais podem ser absorvidos por uma máquina partidária suficientemente disciplinada, suficientemente plástica e suficientemente protegida pela memória curta nacional. Ensinou que não é necessário pedir perdão com verdade. Não é necessário confessar com clareza. Não é necessário depurar a cultura interna. Basta esperar, reorganizar a narrativa e continuar.

Ora, quando um partido ensina isto, degrada não apenas a sua própria honra; degrada a qualidade da democracia.

Porque transmite aos cidadãos a ideia de que a responsabilidade política em Portugal é sempre incompleta, sempre evasiva, sempre reversível. Que os partidos não respondem perante a história com a mesma dureza com que os cidadãos comuns respondem perante a vida. Que a falha maciça não exige necessariamente grande penitência. Que a memória se pode gerir como se gere comunicação de crise.

É por isso que o problema do PS não é apenas ter tido Sócrates. O problema é nunca ter querido verdadeiramente julgar o que Sócrates revelou sobre si.

Muitos socialistas terão pensado, e talvez ainda pensem, que fazer esse juízo com demasiada severidade equivaleria a entregar munições aos adversários. É um raciocínio compreensível no plano tático. Mas é justamente por se ficar nesse plano tático que a política portuguesa se afunda tantas vezes na mediocridade moral. Um partido grande não pode comportar-se eternamente como agência de danos reputacionais. Tem de ser, em algum momento, casa de verdade pública. E o PS falhou nesse papel quando mais precisava de o cumprir.

Não se tratava de fazer um auto-de-fé. Nem de aceitar sem filtro toda a narrativa judicial antes das sentenças definitivas. Tratava-se, isso sim, de assumir aquilo que já estava historicamente estabelecido mesmo sem condenação penal final: que a governação de Sócrates conduziu o país ao resgate; que o seu estilo de poder degradou o ambiente republicano; que a sombra penal que depois caiu sobre ele é grave o bastante para tornar impossível qualquer tratamento leve da sua herança; e que tudo isto constitui uma mancha histórica no percurso do PS.

Nada disto exigia esperar por trânsito em julgado. Exigia apenas honestidade política.

A honestidade não apareceu.

Em vez dela, apareceu o silêncio tático, a frase evasiva, a distância calculada, a amnésia funcional, a tentativa de transformar José Sócrates numa espécie de exílio interno do partido: nem nosso, nem totalmente alheio; nem assumido, nem verdadeiramente repudiado. Uma figura a deixar pairar na periferia, útil apenas como exemplo negativo abstrato, nunca como espelho sério do que o partido se permitiu ser.

Mas um espelho não desaparece por se virar para a parede.

O PS pode continuar a governar, a renovar lideranças, a modernizar discurso, a reposicionar-se ideologicamente e a disputar eleições. Pode até convencer muitos de que o socratismo foi apenas um desvio infeliz. O que não pode é apagar o facto de que, no momento crucial, escolheu a sobrevivência em vez da verdade. E essa escolha diz tanto sobre o partido como a ascensão do próprio Sócrates.

Talvez por isso este capítulo seja, no fundo, menos sobre um homem do que sobre uma máquina moral. A máquina partidária que fabrica, protege, exalta, depois recua, reescreve, dissimula e continua. A máquina que raramente se ajoelha perante o país. A máquina que chama prudência à falta de coragem. A máquina que confunde gestão de danos com responsabilidade histórica. A máquina, enfim, que leva um homem ao colo e, quando ele cai no abismo, finge que o peso nunca foi seu.

Foi essa a atitude do PS perante Sócrates.

E essa atitude constitui uma segunda culpa, distinta da primeira, mas não menos grave.

A primeira foi tê-lo produzido e glorificado.

A segunda foi recusar a decência de reconhecer plenamente o que isso significou para Portugal.

Um partido que não quer olhar para trás não merece falar tão alto sobre o futuro. Porque quem foge da sua própria ruína moral acaba sempre por transportar, no silêncio, os germes da próxima.

Capítulo 16 — Sócrates como sintoma nacional

Seria cómodo, quase terapêutico, tratar José Sócrates como uma aberração isolada. Um acidente moral. Um excesso individual. Um desvio pessoal numa democracia que, de resto, teria funcionado com normalidade e saúde. Seria cómodo porque permitiria ao país libertar-se da culpa mais profunda. Bastaria apontar para o homem, fechar o dossiê e concluir: foi ele. A tragédia estaria assim contida numa biografia. O sistema poderia conservar a sua inocência relativa. O país poderia prosseguir, aliviado, como se tivesse sido apenas vítima de uma singularidade tóxica.

Mas essa leitura, embora reconfortante, é falsa.

José Sócrates não foi apenas um homem com ambição, agressividade, talento tático, apetite de poder e gosto pela centralização. Foi também o produto acabado de uma determinada cultura portuguesa. Uma cultura política, institucional e social que o tornou possível, que o promoveu, que o admirou durante demasiado tempo e que só começou a julgá-lo com verdadeira severidade quando a ruína já era impossível de esconder. É por isso que este livro não pode terminar em Sócrates como personagem. Tem de terminar em Sócrates como sintoma.

Sintoma de quê?

Sintoma, antes de mais, de um país que gosta de confundir energia com grandeza. Portugal tem uma longa fraqueza pelo homem que parece decidido, rápido, afirmativo, pouco dado a hesitações. Somos um povo que, cansado da sua própria lentidão histórica, se deixa facilmente seduzir por quem exhibe ritmo, agressividade e impaciência. A prudência parece-nos tibieza. A dúvida parece-nos fraqueza. O escrutínio metódico parece-nos má vontade. Preferimos frequentemente o chefe que avança ao cidadão que pergunta. E foi exactamente nessa fenda psicológica que Sócrates cresceu.

Foi também sintoma de um país deslumbrado com a aparência.

Portugal tem dificuldade em distinguir obra de robustez, imagem de substância, movimento de transformação. Basta uma escola renovada, uma estrada inaugurada, um plano bem embalado, um discurso carregado de futuro e um conjunto de fotografias certas para que a alma nacional se deixe tocar por uma velha emoção de absolvição: finalmente estamos a mudar. Sócrates percebeu isto como poucos. Não governou apenas políticas; governou sensibilidades. Falou ao nosso ressentimento com o atraso, ao nosso desejo de parecer europeus sem

demora, ao nosso narcisismo vulnerável de país periférico que quer ser visto a correr para compensar o tempo perdido.

Nesse sentido, Sócrates foi um intérprete genial de uma carência portuguesa.

Mas foi também sintoma de um país com instituições fracas por dentro. Não fracas em letra de lei, necessariamente. Não fracas em arquitectura formal. Fracas em musculatura moral, em cultura de resistência, em independência interior. O socratismo prosperou porque demasiadas instituições portuguesas não souberam, não quiseram ou não puderam exercer com firmeza a função de travão. Partidos, empresas públicas, reguladores, media, administração, opinião publicada — tudo isso revelou, em graus diferentes, uma tendência para acomodar-se ao centro do poder em vez de o confrontar a tempo com a severidade devida.

Isto não é uma acusação abstracta. É uma descrição de temperamento nacional.

Portugal é um país onde a proximidade pesa mais do que devia, onde o conflito é muitas vezes evitado até ao ponto da cumplicidade, onde a hierarquia conserva um prestígio quase feudal, onde o espírito de corpo substitui demasiadas vezes o espírito republicano, e onde a crítica é frequentemente mal tolerada quando vem de dentro. Um líder como Sócrates não apenas nasce nesse ambiente: ele floresce nele. Porque encontra um ecossistema predisposto à adaptação, ao silêncio tático, à prudência cobarde e ao respeito excessivo pela força aparente.

Foi ainda sintoma de um país habituado a perdoar demais ao poder enquanto a máquina parece funcionar.

Esta talvez seja uma das nossas características mais perigosas. Portugal tolera excessos de centralização, arrogância de mando, promiscuidade de bastidores, opacidade contratual e ocupação atmosférica das instituições, desde que o poder consiga oferecer uma narrativa de eficácia. Somos relativamente indulgentes com a deformação do regime quando ela se apresenta com energia. Temos uma tendência triste para desculpar a hipertrofia do comando se ela vier acompanhada de obra, de linguagem modernizadora ou de sensação de movimento. Sócrates foi o grande beneficiário dessa indulgência. Durante demasiado tempo, muitos quiseram acreditar que a brutalidade do estilo era o preço inevitável da transformação.

Era, afinal, apenas um sintoma da nossa tolerância à má qualidade do poder.

Mas o sintoma vai ainda mais fundo. Sócrates foi também produto de uma elite portuguesa sem verdadeira grandeza moral. Uma elite demasiado inclinada ao cálculo, à proximidade, à gestão de influência, à convivência confortável com a

promiscuidade entre política e negócios, à adaptação ao vencedor do momento. Uma elite que gosta de se pensar moderna, sofisticada e europeia, mas que na hora decisiva revela frequentemente a alma miúda do favor, da conveniência e da fidelidade interessada. O socratismo não foi apenas tolerado por essa elite; foi muitas vezes celebrado por ela, enquanto parecia forte. E quando deixou de parecer, foi abandonado sem grande drama, como se a responsabilidade pudesse evaporar-se com a distância táctica.

Essa facilidade em abandonar o ídolo depois de o ter adorado é, aliás, outro traço profundamente português.

Não julgamos cedo. Idolatramos primeiro. Depois, quando a queda se torna incontornável, fingimos surpresa e transferimos tudo para a esfera do indivíduo. É um mecanismo cómodo. Permite-nos salvar a consciência colectiva. Evita-nos a tarefa penosa de reconhecer que aquilo que condenamos no fim talvez estivesse visível, em embrião, muito antes. E sobretudo evita-nos fazer a pergunta que mais importa: o que há em nós que torna estes ciclos tão repetíveis?

Sócrates é essa pergunta.

É a pergunta sobre um país que não valoriza suficientemente a sobriedade. Sobre um país que vê no espectáculo da vontade uma forma de inteligência. Sobre um país onde a literacia cívica e financeira continua insuficiente para desmontar a tempo a ficção do progresso comprado a crédito. Sobre um país onde os partidos funcionam demasiadas vezes como máquinas de protecção e não como escolas de responsabilidade. Sobre um país onde os media oscilam entre o fascínio pelo poder e a denúncia tardia, e onde a opinião pública se deixa frequentemente conduzir mais pela saturação emocional do que pelo exame perseverante dos factos.

Nesse sentido, a “era Sócrates” não é apenas um período encerrado. É uma radiografia.

Mostra como o país reage ao brilho, como tolera a arrogância, como desarma perante a energia performativa, como aceita a dívida enquanto a factura não chega, como convive com o compadrio enquanto ele permanece atmosférico, como hesita em punir politicamente enquanto a máquina ainda distribui benefícios simbólicos. E mostra também como, depois da queda, Portugal prefere transformar a tragédia em episódio, a culpa em biografia individual e a lição em murmúrio.

Há aqui, portanto, uma verdade dura: Sócrates foi possível porque Portugal estava preparado para o receber.

Preparado pela fadiga do atraso.

Preparado pelo desprezo da prudência.

Preparado pela fome de obra visível.

Preparado pela fraqueza das instituições interiores.

Preparado pela complacência das elites.

Preparado pela superficialidade do debate público.

Preparado pela cultura do improviso financiado.

Preparado, enfim, por uma longa educação nacional na arte de confundir aparência com substância.

É isto que faz dele um sintoma nacional e não apenas um culpado histórico.

Um sintoma aponta sempre para algo maior do que si próprio. Mostra uma doença do organismo. A doença aqui não foi apenas a corrupção alegada, o endividamento, a promiscuidade ou a queda financeira. Foi também a disponibilidade do país para produzir e tolerar um tipo de poder assim. Foi a fraqueza cívica que permitiu que a máquina avançasse tanto. Foi a falta de cultura crítica bastante para travar mais cedo a deriva. Foi a ausência de grandeza política suficiente para que o partido o julgasse com verdade. Foi, em suma, a mediocridade organizada de uma democracia que ainda confunde demasiadas vezes autoridade com superioridade.

Talvez por isso a figura de Sócrates continue a exercer tanto fascínio e tanta repulsa. Não porque seja apenas um homem controverso, mas porque representa algo de intimamente nosso. O seu estilo de poder, a sua relação com a narrativa, a sua agressividade, a sua necessidade de controlar o ambiente, a sua proximidade ao aparelho, a sua crença na força performativa da governação, tudo isso reflecte uma parte da alma política portuguesa. Uma parte de que não gostamos, mas que reconhecemos.

E talvez seja isso o mais incómodo:

quando olhamos para Sócrates, não vemos apenas José Sócrates.

Vemos Portugal num dos seus momentos de verdade mais sombrios.

Vemos o país que quer subir depressa sem construir base.

Vemos o país que prefere o brilho ao carácter.

Vemos o país que tolera demais ao vencedor.

Vemos o país que faz tarde o juízo que devia ter feito cedo.

Vemos o país que recicla as suas ilusões com nomes novos porque nunca julgou verdadeiramente as antigas.

É por isso que a história da era Sócrates não termina com ele. Continua em todas as fragilidades que ficaram. Continua na desconfiança pública. Continua na pobreza do debate. Continua na indulgência para com os chefes decididos e na irritação contra os cépticos. Continua na tentação permanente de vender futuro a prestações. Continua, sobretudo, na incapacidade nacional de fazer do passado uma escola suficientemente dura.

Se Portugal não compreender isto, a era Sócrates será apenas um ensaio geral.

Virão outras versões, com outros nomes, outras embalagens, outra tecnologia verbal, outros cartazes, outros estilos. O país continuará a produzir líderes fortes para instituições fracas, propaganda para economias vulneráveis, modernização técnica para fragilidade estrutural. E sempre que isso acontecer haverá quem diga, mais uma vez, que se trata de uma anomalia pessoal, de um desvio singular, de um erro de casting.

Não será.

Será o sintoma a regressar.

José Sócrates foi, pois, mais do que um protagonista.

Foi um diagnóstico.

E um país que recusa o seu próprio diagnóstico não cura nada.

Apenas muda de febre.

Epílogo

A lição que Portugal insiste em não aprender

Os povos não são destruídos apenas pelos seus erros. São destruídos sobretudo pelos erros que se recusam a transformar em conhecimento. Um desastre pode humilhar, mas também pode ensinar. Uma queda pode empobrecer, mas também pode purificar. Um colapso pode devastar, mas também pode obrigar à lucidez. Tudo depende daquilo que se faz depois da ruína. E foi precisamente aí que Portugal voltou a falhar.

Porque o problema da era Sócrates não terminou com a queda de Sócrates.

Terminou o governo. Terminou a encenação. Terminou o ciclo. Vieram o resgate, a austeridade, a compressão social, a emigração, a fadiga nacional, o julgamento tardio da época, a Operação Marquês, a ruína simbólica de um homem e a vergonha amnésica do partido que o carregara. Tudo isso aconteceu. Mas o mais importante — a verdadeira lição — nunca chegou a ser plenamente aprendido.

Portugal sofreu, mas não julgou em profundidade.

Adaptou-se, mas não compreendeu o suficiente.

Pagou, mas não fez contas morais com a mesma severidade com que fez contas financeiras.

E essa é talvez a nossa doença mais antiga: a capacidade extraordinária para sobreviver sem verdade.

Outros povos, depois de grandes fracassos, constroem memória dura. Erguem uma cultura de vigilância. Criam anticorpos institucionais e morais. Não porque se tornem de repente virtuosos, mas porque a dor lhes ensina alguma disciplina. Portugal, pelo contrário, tem um talento especial para transformar a catástrofe em hábito, o hábito em resignação e a resignação em esquecimento administrado. Sofremos muito, mas aprendemos menos do que devíamos. Choramos a ruína, mas raramente a transformamos em escola.

Foi isso que aconteceu depois da era Sócrates.

A narrativa dominante acabou por diluir responsabilidades. A crise internacional serviu de explicação geral. A Europa, os mercados e a finança global tornaram-se parte da almofada retórica. O Partido Socialista evitou a autópsia moral do seu próprio passado. A Justiça arrastou-se o suficiente para dissolver em parte a urgência do juízo. A vida quotidiana, como sempre, impôs o seu peso e obrigou as

peças a seguir em frente. E o país, esmagado pela necessidade de sobreviver, foi deixando para trás a pergunta essencial: o que permitiu que chegássemos aqui?

Essa pergunta continua, até hoje, insuficientemente respondida.

Porque responder-lhe exigiria uma coragem rara. Exigiria reconhecer que Portugal não foi apenas vítima de um homem, nem apenas de uma crise, nem apenas de uma conjuntura internacional adversa. Exigiria reconhecer que o país inteiro — nas suas elites, nos seus partidos, nos seus media, nas suas instituições, nas suas complacências e até nas suas necessidades psicológicas — contribuiu para a fabricação da grande ilusão. Exigiria admitir que o socratismo não foi um corpo estranho, mas um momento de verdade do país.

E isso dói de mais.

Dói perceber que fomos seduzidos não apenas por promessas, mas por algo em nós que queria desesperadamente ser seduzido. Dói perceber que a modernização aparente nos deslumbra mais do que a robustez invisível. Dói admitir que temos uma fraqueza histórica por chefes afirmativos e uma impaciência crónica para com a prudência. Dói aceitar que o compadrio não é apenas um acidente moral, mas um modo de respiração nacional. Dói, sobretudo, compreender que a nossa democracia é por vezes menos sabotada pelos seus inimigos declarados do que pela mediocridade íntima dos seus hábitos.

Mas sem essa dor não há cura.

A lição da era Sócrates deveria ter sido simples e quase fundadora: um país não se moderniza com propaganda financiada a crédito, não se fortalece com instituições ocupadas, não se salva com promiscuidade entre política e negócios, não se torna livre pela simples intensidade do comando e não constrói futuro sobre a erosão lenta da verdade. Esta lição deveria ter entrado no sangue da República. Deveria ter reformado hábitos, endurecido exigências, refinado o escrutínio público, tornado os partidos mais responsáveis, os media mais vigilantes e os cidadãos menos vulneráveis ao teatro do poder.

Mas não entrou o suficiente.

Continuamos demasiado fascinados pela superfície. Continuamos a premiar a retórica fácil, a encenação moral, a tribo, a pertença, a lealdade de clã. Continuamos a desconfiar mais de quem pensa com vagar do que de quem avança com pose. Continuamos a tolerar um Estado mal gerido desde que ele mantenha o ritual da normalidade. Continuamos a aceitar que os partidos sobrevivam aos seus desastres sem purificação proporcional. Continuamos,

enfim, a viver como se o passado fosse sempre matéria arquivável e não advertência viva.

É por isso que a grande ilusão permanece perigosa.

Não como regresso literal de José Sócrates — a história nunca repete exactamente os rostos — mas como possibilidade de repetição do mesmo padrão com outra gramática. Um novo vendedor de futuro. Uma nova estética do progresso. Uma nova versão da dívida adiada. Uma nova ocupação atmosférica das instituições. Um novo culto da energia sem carácter. Um novo partido pronto a sacrificar a verdade em nome da sobrevivência. Tudo isso continua possível porque o país não fechou devidamente a ferida anterior. E feridas mal fechadas voltam a abrir-se ao primeiro impacto sério.

Portugal insiste, portanto, em não aprender porque aprender exigiria ruptura consigo mesmo. Exigiria abandonar o conforto das meias-verdades, da indulgência para com os fortes, da memória curta, da desculpa geopolítica, da absolvição colectiva. Exigiria assumir que o país falhou não só por ter sido mal governado, mas por ter tolerado durante demasiado tempo um tipo de poder que o devia ter alarmado mais cedo. Exigiria menos auto-piedade e mais auto-conhecimento.

Mas o auto-conhecimento é talvez a mais rara das virtudes nacionais.

Preferimos a ironia à consciência, o comentário à reforma moral, a crítica do momento ao trabalho lento de mudar a cultura. Somos muitas vezes brilhantes a descrever a decadência e miseráveis a construir os anticorpos contra ela. Daí o sentimento cíclico de déjà vu que atravessa tantas fases da nossa vida colectiva. Muda a embalagem, muda o léxico, mudam as caras — e no entanto reconhecemos sempre qualquer coisa de familiar: a tentação da aparência, a fraqueza das instituições, a tolerância ao compadrio, a preguiça crítica, a pouca densidade da responsabilidade.

A era Sócrates deveria ter sido um ponto de não retorno.

Não foi.

Foi uma advertência grande, mas ainda não transformada em fundação. Foi uma queda violenta, mas ainda não convertida em ética pública duradoura. Foi um escândalo histórico, mas ainda não suficientemente transfigurado em disciplina nacional. E essa é, talvez, a mais melancólica das conclusões: Portugal continua a carregar o trauma sem ter extraído dele toda a verdade.

Contudo, seria demasiado fácil terminar em desalento puro. A lucidez, para ser digna, não pode confundir-se com desistência. Há uma utilidade alta em nomear

bem os períodos negros. Há uma utilidade moral em recusar a mentira retrospectiva. Há uma dignidade cívica em escrever contra o esquecimento. E é nisso que este livro quis participar: não na vingança, não no rancor, nem sequer apenas na denúncia, mas na tentativa de fixar um juízo suficientemente claro para que a amnésia não triunfe sem resistência.

Porque um país só começa verdadeiramente a sair da sua decadência quando ganha coragem para dizer o nome exacto das suas ilusões.

A grande ilusão da era Sócrates foi acreditar que a velocidade podia substituir a solidez, que a propaganda podia substituir a estrutura, que a dívida podia substituir a riqueza, que o poder podia substituir as instituições e que a modernização visível bastava para absolver a pobreza moral do método. Tudo isto falhou. Tudo isto caiu. Tudo isto custou caro. E, no entanto, o país continua tentado a regressar, sob formas novas, à mesma crença antiga: a de que alguém virá, com suficiente energia, prometer um salto que dispense o trabalho duro da verdade.

É contra essa crença que este livro se ergue.

Não para celebrar a derrota, mas para impedir a repetição inconsciente dela. Não para fixar um homem como monstro absoluto, mas para mostrar que os monstros políticos raramente são apenas individuais; são sempre também filhos do meio que os tolera. Não para condenar Portugal a uma visão fatalista de si mesmo, mas para lembrar que nenhum povo se reforma sem passar primeiro pelo tribunal severo da sua própria memória.

Se esta memória falhar, tudo falhará outra vez.

E então voltaremos a ver o mesmo teatro com actores diferentes: o país cansado, o chefe veloz, a obra vistosa, a dívida escondida, o compadrio respirado, o partido cúmplice, a imprensa dividida, a verdade adiada, a realidade a bater à porta e uma geração inteira chamada a pagar em silêncio a factura da nova ilusão.

A lição, afinal, é brutalmente simples:

Portugal não precisa de mais salvadores.

Precisa de mais carácter.

Não precisa de mais propaganda de modernização.

Precisa de instituições com espinha.

Não precisa de mais líderes que prometam o futuro à custa do país.

Precisa de uma cidadania que não se deixe comprar pelo brilho do instante.

Enquanto não aprender isto, a República continuará vulnerável ao mesmo velho feitiço.

E o feitiço, como todos os feitiços políticos, só parece novo para quem se recusa a estudar a sua própria história.

Notas Finais

A Grande Ilusão — Poder, Dívida e Decadência na Era Sócrates não é apenas um livro sobre um homem. É um livro sobre um país que quis acreditar depressa demais, admirou demasiado cedo e percebeu demasiado tarde.

Ao longo destas páginas, reconstitui-se um dos períodos mais sombrios da democracia portuguesa recente: a ascensão de um poder que se apresentou como modernizador, eficaz e inevitável, mas que acabou por deixar atrás de si um rasto de dívida, promiscuidade entre política e negócios, degradação institucional, humilhação financeira e descrédito moral.

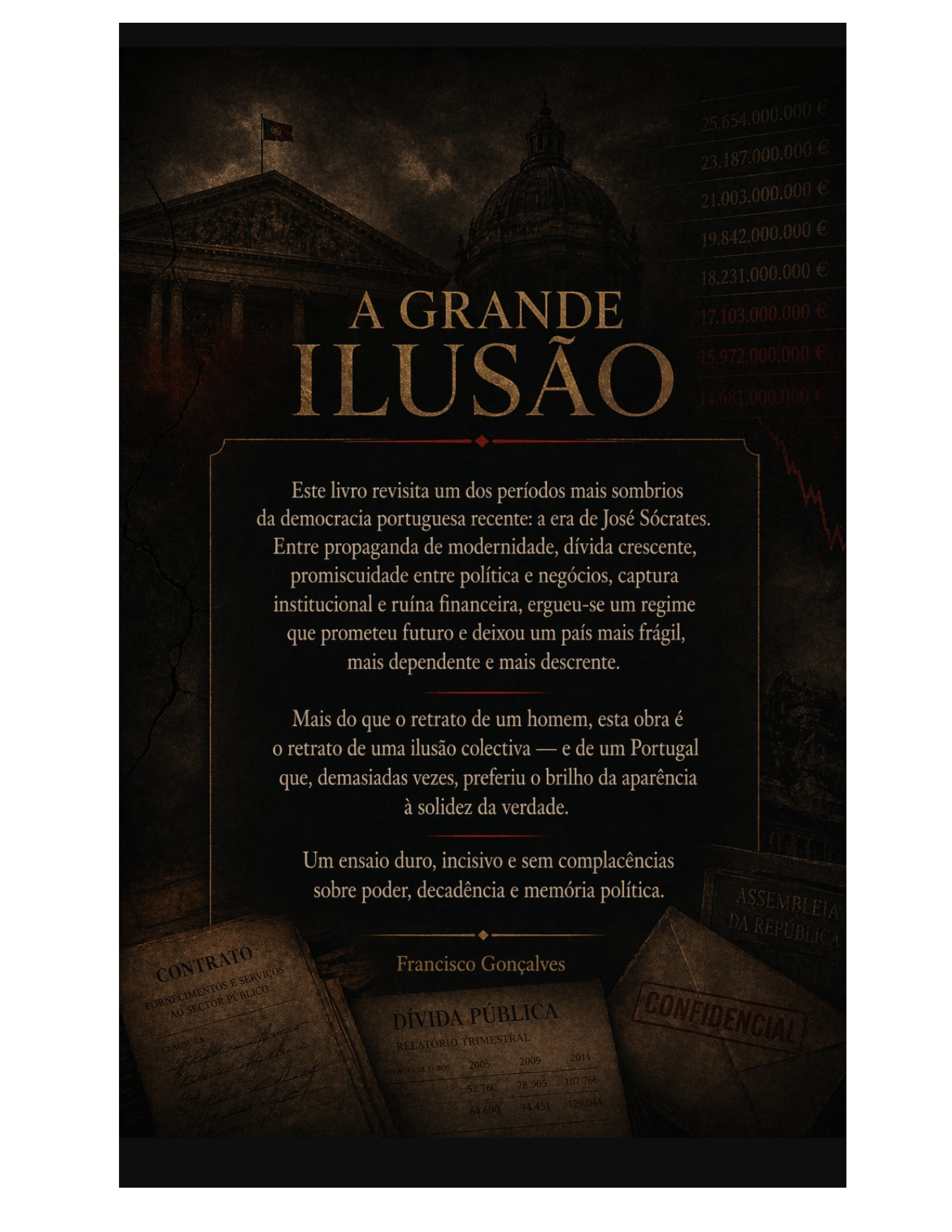
José Sócrates surge aqui não apenas como protagonista, mas como sintoma. Sintoma de um sistema partidário complacente, de elites frágeis no carácter, de instituições pouco resistentes à ocupação atmosférica do poder e de um país vulnerável ao fascínio da velocidade, da obra vistosa e da propaganda de modernidade.

Este livro é, acima de tudo, um acto de memória contra a amnésia organizada. Porque um país que não julga devidamente as suas ilusões fica condenado a voltar a ajoelhar diante delas.

Portugal não foi apenas enganado — quis acreditar na mentira até ao dia em que a factura chegou.

Nota final do autor

Este livro não pretende encerrar uma discussão. **Pretende apenas impedir que ela seja enterrada debaixo da conveniência, da fadiga ou da amnésia.** Porque um país que esquece depressa demais acaba sempre por pagar duas vezes.



A GRANDE ILUSÃO

Este livro revisita um dos períodos mais sombrios da democracia portuguesa recente: a era de José Sócrates. Entre propaganda de modernidade, dívida crescente, promiscuidade entre política e negócios, captura institucional e ruína financeira, ergueu-se um regime que prometeu futuro e deixou um país mais frágil, mais dependente e mais descrente.

Mais do que o retrato de um homem, esta obra é o retrato de uma ilusão colectiva — e de um Portugal que, demasiadas vezes, preferiu o brilho da aparência à solidez da verdade.

Um ensaio duro, incisivo e sem complacências sobre poder, decadência e memória política.

Francisco Gonçalves

CONTRATO
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS
AO SECTOR PÚBLICO

CLAUSULA

DÍVIDA PÚBLICA
RELATÓRIO TRIMESTRAL

MILHÕES DE EUROS	2005	2009	2011
...	52.760	78.905	107.766
...	64.690	94.451	129.044

CONFIDENCIAL

ASSEMBLEIA
DA REPÚBLICA